Vereadores que presidiram esta sessão

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Com 17 vereadores presentes, há quórum. Pergunto se algum vereador não conseguiu dar a sua presença e gostaria de fazê-lo. Os vereadores Mauro Pinheiro, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli e Tanise Sabino estão presentes. Então, com 21 vereadores presentes, há quórum. Por gentileza, peço ao diretor para apregoar o que nós temos para a tarde de hoje.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoo justificativa de falta do Ver. Jonas Reis, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação na reunião acerca de emendas impositivas sobre recursos federais para o saneamento em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 25 de agosto do corrente ano, das 15h às 17h30min. (Processo SEI nº 210.00465/2025-89)

Informo que, no dia 26 de agosto próximo passado, o Ver. Gilvani o Gringo solicitou Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 26 a 28 de agosto de 2025. Em decorrência, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre, nos termos do art. 218, inc. VII, combinado com o art. 94, §§ 5º e 6º do Regimento, concedeu Licença para Tratar de Interesses Particulares para o Ver. Gilvani o Gringo, pelo dia 26 de agosto do corrente ano.

Na mesma data, às 11h da manhã, em cerimônia realizada no gabinete da presidência, o suplente Luky Vieira foi empossado na vereança em substituição ao Ver. Gilvani o Gringo, passando a integrar a COSMAM.

Nos termos dos mencionados dispositivos regimentais, há que se votar o requerimento no que diz respeito ao período restante. Assim, Sra. Presidente, solicito que coloque em votação requerimento de autoria do Ver. Gilvani o Gringo, pedindo Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 27 a 28 de agosto de 2025.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilvani o Gringo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Mesa declara empossado o suplente, Ver. Luky Vieira, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 26 a 29 de agosto de 2025.

Apregoo declaração firmada pelo Ver. Ramiro Rosário, líder da bancada do Novo, informando o impedimento dos suplentes Julia Bueno Zardo e Matheus Schilling Nunes em exercerem a vereança, em substituição, no período.

Apregoo declaração firmada pelo suplente Klaus Hanisch Schuch, informando seu impedimento em exercer a vereança em substituição durante a XIX Legislatura.

Informo que se encontra presente no plenário a suplente Tina Noronha, que já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de sua indicação de nome parlamentar.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Tina Noronha prestará a seguir.

SUPLENTE TINA NORONHA (NOVO): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Declaro empossada a Ver.ª Tina Noronha e informo que V. Exa. integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR.

Quero também dar as boas-vindas ao deputado estadual Felipe Camozzato. Seja bem-vindo aqui à sua Casa.

A Ver.ª Tina Noronha está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADORA TINA NORONHA (NOVO): Exma. Sra. Presidente desta Casa, Ver.ª Comandante Nádia, em nome de quem agradeço aos demais colegas vereadores, em especial, claro, aos vereadores do Partido Novo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, a quem desejo a mais pronta recuperação para que possa estar aqui, como de costume, lutando pelo cidadão porto-alegrense. Também devo agradecer àqueles que, pelo voto, depositaram a confiança em mim, no meu trabalho, na minha capacidade de representá-los. Muito me honram esses 1.778 votos. Agradeço aos meus colegas e amigos de partido e, muito especialmente, ao deputado Felipe Camozzato, com quem trabalho com admiração e orgulho há tantos anos. Por fim, e mais importante, devo agradecer aos maiores presentes que Deus colocou em minha vida: meus filhos, Santiago e Florência, e meu marido, Bebeto. Com vocês tudo tem sentido e tudo tem propósito. Antes de qualquer coisa, é por vocês que me apresento como candidata e é por vocês que estou com muita alegria aqui nesta tribuna. E não

falo isso por estilo ou por protocolo, é simplesmente a verdade. A família e os filhos nos oferecem um horizonte distinto da nossa própria vida. Não se trata mais de pensar apenas no presente, naquilo que acontece agora, nos prazeres fugazes, nas conquistas momentâneas. Quando os filhos vêm, a gente começa a enxergar que tudo aquilo que a gente faz agora tem uma repercussão no futuro, e no futuro deles. Um erro cometido agora, uma verdade omitida, uma cumplicidade cínica, podem comprometer o futuro de todas as crianças, e também das minhas, das nossas crianças. Eles estão no barco junto com a gente, mas um dia, se as coisas seguirem o seu curso natural, estarão no mesmo barco sem a gente. Então a pergunta é: como eu quero que esteja esse barco? Como eu devo trabalhar hoje para que o nosso mundo e a nossa cidade sejam melhores? O que devemos fazer para que lá na frente os nossos filhos e os nossos netos vivam em uma boa cidade? Essas são as questões que me deixam inquieta, verdadeiramente inquieta, e que me fazem embarcar nessa aventura que é a política, porque as crianças estão realmente ameaçadas. O famoso vídeo que reacendeu o debate sobre a adultização é só uma demonstração de que todos sentimos certa insegurança em relação ao mundo que estamos construindo para elas. Vai ser o mundo do celular? Vai ser o mundo das telas? O mundo da pornografia, da sexualização precoce? Não pode ser, não deve ser. Temos de trabalhar para que seja um mundo de mais inocência, mais contemplação, mais fantasia, mais imaginação e mais estudo. Um mundo em que elas, as crianças, possam pisar no solo firme da família e no solo firme de uma comunidade que as acolhe e protege. As escolas, as igrejas, as associações, tudo aquilo que compõe a nossa comunidade deve estar inserido nesse projeto virtuoso, nesse ideal que nos permite ter alguma esperança que, no futuro, as coisas serão melhores. Agora as crianças estão ameaçadas, porque a comunidade também anda ameaçada. Não é de hoje que temos de conviver com iniciativas políticas e culturais que têm como objetivo destruir qualquer noção de identidade e de comunidade. É uma visão destrutiva que, na família, o mal; nas igrejas, o mal; nas virtudes, o mal; na propriedade, o mal. É uma visão que apenas desconstrói e não é capaz de colocar nada de bom no

lugar. Ao contrário, só produz confusão, perseguição, vigilância e opinião; e principalmente, a dissolução dos laços que nos permitem viver em paz, em segurança e em harmonia. Essa visão precisa ser combatida, e tenho orgulho de andar ao lado de quem tem, com firmeza e honestidade, feito esse combate. Aliás, aproveitando aqui a presença hoje do secretário de Saúde nesta Casa, para tratar do tema da atuação da Vigilância Sanitária, é essa visão destrutiva que vê o empreendedor como inimigo, não só o mau empreendedor; todo e qualquer empreendedor é uma espécie de suspeito, de agente espúrio do lucro. Só isso é falso, é uma distorção da realidade. É isso que, quando a fiscalização, e a fiscalização é necessária e essencial, é preciso presumir a boa-fé do empreendedor, é preciso presumir o seu suor e o seu trabalho duro. Não nos enganemos, a sociedade civil e os empreendedores desta cidade deram, nas enchentes de 2024, uma clara demonstração de solidariedade e de compromisso com o próximo. Existem aqueles que fazem tudo errado, mas a imensa maioria acorda cedo, paga seus muitos impostos, esforça-se para manter todos os empregos e empregar ainda mais, alegra-se quando um funcionário é promovido, alegra-se quando um funcionário melhora de vida. Um empreendimento é uma história, não só a história do dono, é a história de todos aqueles que sonharam e idealizaram aquele projeto, de todos aqueles que trabalharam para que o projeto fique de pé e de todos aqueles que desfrutam, que aproveitam o projeto, seja ele qual for, tem a oferecer. Porto Alegre deve ser amiga do empreendedor. Não estamos aqui para exigir imunidade para ninguém, mas precisamos exigir prudência, controle do poder. Ninguém pode abusar do poder. Direito de defesa e, acima de tudo, a compreensão de que, assim como é preciso respeitar a história de uma pessoa que se presume inocente, é preciso respeitar a história de trabalho e de esforço de um empreendimento que, em princípio, tem de ser visto com dignidade. Afinal de contas, que comunidade queremos construir dando as costas para a história de trabalho das pessoas? Que comunidade queremos deixar para os nossos filhos, presumindo que aqueles que nos alimentam, que alimentam famílias, que alimentam as suas próprias famílias, são, na verdade, sempre suspeitos? Defender o empreendedor

é defender a comunidade, e defender a comunidade é defender a família. É nisso que acredito, é nisso que o partido Novo acredita,

e é por isso, e para lutar por isso, que estou aqui hoje. Não é necessário falar sempre, aliás, essa é normalmente a condição do suplente. Mas, às vezes, tudo o que a gente precisa é de uma janela para dizer a verdade, aquilo que a gente tem dentro do coração e que, sim, representa outras tantas vozes. E é isso que, com muita sinceridade, eu gostaria de dizer nesta tarde. Muito obrigada, Sra. Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.ª Tina. A Ver.ª Tina prosseguiu em Comunicação de Líder, pelo Novo.

Hoje temos o **COMPARECIMENTO** do Sr. Fernando Ritter, secretário municipal da Saúde; do Sr. André Coronel, secretário municipal de Planejamento e Gestão; Sr. Giuseppe Riesgo, secretário municipal de Parcerias; Sra. Aline Vieira Medeiros, diretora da Vigilância Sanitária de Porto Alegre, que abordarão o assunto: fiscalização de bares e restaurantes em Porto Alegre.

O Sr. Fernando Ritter está com a palavra.

SR. FERNANDO RITTER: Boa tarde a todos, primeiro queria agradecer a oportunidade de a gente poder estar aqui nesta Casa do Povo, a casa mais legítima que representa a totalidade de nossos munícipes do Município de Porto Alegre. Então, para mim é muito tranquilo, e é meu papel estar sempre que esta Casa pedir para estar aqui para a gente poder tratar de qualquer assunto relacionado à saúde. Então sem mais delongas, agradeço a oportunidade, queria falar um pouquinho sobre o papel da vigilância em saúde. Para quem não sabe para quem não está acostumado, a vigilância em saúde tem quatro setores a vigilância: a vigilância epidemiológica, a vigilância ambiental, a vigilância de saúde do trabalhador e a vigilância sanitária; então, a sanitária é uma das quatro partes da vigilância em saúde do Município de Porto Alegre, que atua para a gente trabalhar, preventivamente, várias ações. Então, pode passar para mim, por gentileza.

(Procede-se à apresentação.)

SR. FERNANDO RITTER: Eu queria falar especificamente sobre um setor que é a Vigilância Sanitária, dizer que o Município de Porto Alegre, na questão de vigilância sanitária no ramo alimentício, trabalha a partir de duas ações, basicamente: a primeira, através de denúncias. Então, queria só mostrar para vocês aqui a evolução de 2023, 2024 e 2025. Em 2025, obviamente, tivemos um pouco de acréscimo, 1.404 denúncias já foram feitas. Nós não fizemos ações em estabelecimentos de baixo risco, a gente não faz ação preventiva desse processo; nós fizemos nos estabelecimentos de alta complexidade, de alto risco. A gente tem, sim, um cronograma organizado de visitas sistemáticas. Também lembrar que em 2024 tivemos a enchente; então, natural que o número esteja menor. Aqui só para mostrar para cada um dos nossos vereadores e todos que estão nos assistindo que ação da vigilância é em todos os bairros, todos aqueles em que acontece a denúncia ou que acontecem surtos. Porque a segunda modalidade que a gente faz as ações de vigilância em saúde é através de surto: duas ou mais pessoas chegam ao estabelecimento de saúde e relatam que se alimentaram em qualquer local do Município de Porto Alegre, é compulsória e obrigatória a necessidade de fazer a verificação *in loco* disso, tá? Então, não quero que façam a interpretação de que quem está com mais, está pior, não é isso, em hipótese alguma, gente. Lembrem que Porto Alegre tem um espaço gastronômico distribuído, especialmente nessas regiões onde tem maior denúncia. É o maior número de bares, restaurantes, onde as pessoas trabalham, na região central de Porto Alegre, em casas noturnas, em estabelecimentos que estão ali dentro do processo. Então, dizer que não existe qualquer ação da Vigilância especificamente num bairro ou num outro, mas, sim, numa ordem cronológica de chegada dessas denúncias. E dizer que, sim, uma investigação de surto passa na frente, porque ela pode aumentar ainda mais a chance. Então, em Porto Alegre, nós tivemos 1.404 denúncias, 843 voltadas ao ramo alimentício e 30 delas, menos de 2%, gente – menos de 2% –, geraram a

necessidade de fechamento temporário daquele estabelecimento. Quando a gente faz uma notificação, ela é um processo de correção, uma recomendação, e, dependendo da gravidade, ela pode, sim, abrir um processo sanitário para uma penalização maior, conforme está nas regras da vigilância. Porto Alegre não cria regras, Porto Alegre utiliza as regras da vigilância da Anvisa.

Aqui estão os autos de infração de 2022, 2023 e 2024. De novo: o nome pode ser assustador, mas auto de infração é uma recomendação. Nem todos eles geraram um dano importante para aquele estabelecimento. Aqui, mostrando, então, os surtos, que são aqueles casos onde a gente comprovou que houve um dano à saúde pública. Então, nós tivemos 24 surtos em 2025. Vocês podem ver que, inclusive, em 2025, o número de surtos diminuiu; em 2024, teve mais surtos, obviamente, pela questão das enchentes e outras situações. Eu quero falar um pouquinho sobre doença de transmissão alimentar, que é a síndrome gerada por alimentos impróprios para o consumo. Isso causa, às vezes, náuseas, vômitos, diarreia, acompanhado ou não de febre. Esses são sintomas que a gente identifica por causa de uma transmissão alimentar. E as causas desses problemas com questões alimentares podem gerar, a partir de toxinas, bactérias, aquilo que a gente não enxerga, aquilo que a gente não vê. Não é fácil por cor ou consistência apenas, mas os nossos especialistas têm capacidade de identificar essa necessidade. Isso especialmente em grupos de risco como gestantes, idosos, crianças, pessoas imunocomprometidas, elas podem causar um dano e uma internação, desde uma dor abdominal ou um mal estar, que pode levar, sim, a uma situação de internação. Queria lembrar também que quando dois casos ou mais, a gente vai investigar, o que a gente não quer é cólera, nem botulismo, nem febre de tifoide, que pode levar, sim, a um problema de saúde mais grave.

Lembrar também por que investigar surtos? Por que a gente faz isso? Para identificar a fonte de contaminação, para a gente identificar a população sobre risco, para a gente poder intervir e reduzir os casos graves e óbitos, propor medidas de prevenção e controle.

Também, nós não criamos fluxos, os fluxos já estão estabelecidos nacional ou estadualmente. Então em casos de surto, a gente segue a notificação, a coleta da amostra, entrevista, inspeção, o resultado de um estudo de surto pode demorar dias, semanas, para a gente poder fechar, e muitas vezes pode ter gerado um problema de saúde a uma pessoa, mas ao mesmo tempo também pode não se configurar a origem do problema. E acaba não acontecendo absolutamente nada àquele estabelecimento onde a gente foi investigar.

Eu queria lembrar que a literatura é muito vasta, e os jornais também são muito claros, que, não muito distante, duas crianças morreram com sintomas de infecção intestinal em Santa Maria, é isso que a gente quer evitar. A gente não quer que as pessoas tenham isso. A gente tem estudos nacionais e internacionais que mostram casos fatais e a importância disso. Só para mostrar aqui mais alguns estudos validados nacional e internacionalmente para a gente poder fazer isso. E o objetivo da equipe de vigilância de alimentos é promover a segurança, a qualidade dos alimentos produzidos, comercialização, consumo em Porto Alegre. Porto Alegre é um polo gastronômico, é considerada a capital mundial do churrasco. Nós temos várias etnias, nós temos vários tipos de alimentos; nós somos, sim, referência no cuidado da alimentação. A gente tem muito orgulho de todos os nossos bares e restaurantes, a gente quer receber o povo em Porto Alegre, quer se tornar referência no turismo, no turismo de passeio, no turismo de eventos, é de fundamental importância. E a gente precisa, obviamente, dar essa segurança, e Porto Alegre tem essa segurança. A gente não pode considerar apenas que um ou outro fato, que pode ser um descuido, um erro, que pode ser corrigido, ele seja considerado generalização.

Lembrar que os documentos lavrados, eles são notificação, autos de infração, autos de apreensão, em casos de risco iminente de saúde pública e interdições cautelares – é isso que a Anvisa coloca.

Lembro das cinco chaves, que são: higiene do ambiente, que envolve estrutura física, equipamentos, móveis, utensílios; controle de pragas, é isso que a gente olha, bem como a higiene do manipulador, olha as mãos, as unhas, se

não tem lesão, corte, isso não pode ter; controle de temperaturas; procedência; armazenamento e acondicionamento, cada um tem uma regra específica para poder fazer isso.

Aqui, gente, são fotos diversas de décadas. Eu queria só dizer para vocês, são algumas imagens que eu queria trazer para vocês de coisas que a gente encontra. Nos últimos quinze anos, não são coisas de agora exclusivamente, nós não começamos esse processo recentemente. Então, aqui algumas imagens mostrando a higiene do ambiente, que é de fundamental importância, porque acaba atraindo roedores. A importância de como manipular os insumos, isso faz correção, e nem todos esses estabelecimentos geraram fechamento. A higiene do ambiente é de fundamental importância. A lavagem de mãos, a gente agora está, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, fazendo uma parceria com o setor dos alimentos, os representantes, para a gente poder fazer uma capacitação. Então, a partir do dia 2, nós vamos intensificar trabalhos de promoção e prevenção. O manipulador, a gente cuida dessas questões, a higiene das mãos. A coleta de temperatura, lembrando que os alimentos, eles são tempo e temperatura, para que a gente possa medir a qualidade disso. Nós somos referência nacional na regra de controle de alimentos, por exemplo, de comida japonesa, que tu não consegues controlar na temperatura e no tempo, mas, sim, pela acidez.

Só vou pedir mais dois minutinhos, Presidente, para eu poder concluir aqui. Aqui algumas imagens sobre a coleta de temperatura. A gente faz nos grandes estabelecimentos, nos pequenos estabelecimentos, a gente faz ações rotineiras, aqueles que tem um risco maior de contaminação, também nas indústrias, em situações específicas. Aqui mostrando um pouquinho sobre o controle de temperatura. Aqui mostrando um pouquinho do controle da procedência. Eu sempre digo, né gente, que nem nós, CPF, cidadãos comuns, podemos ficar transportando alimentos sem procedência, que pode – numa fiscalização, numa estrada – ser recolhido aquele alimento. E um estabelecimento que tem como intuito vender o alimento e segurança para as pessoas e também tem que ter o cuidado com relação à procedência. Às vezes

o alimento não está estragado, mas ele precisa ter o controle sanitário para poder fazer isso. Aqui mais um exemplo do controle de procedência, sem identificação, sem data de congelamento, sem a origem desse alimento, a gente não tem como fazer a causa e o efeito. Aqui mostrando um pouquinho sobre o controle de procedência também, tá? Não somos só nós que investigamos, o Ministério Público, nós fizemos ações conjuntas ao Ministério Público. Aqui mais um pouquinho do acondicionamento, tem regras.

Então o papel nosso é, sim, cuidar da saúde, cuidar também do próprio trabalhador, cuidar do empreendedor para que ele não tenha ações judiciais por não ter cuidado do seu trabalhador. Por exemplo, acondicionamento, encontro de insetos, a gente explica sobre a forma de armazenar dentro de freezers e geladeiras, a mistura desses alimentos. Então são coisas que podem ser corrigidas, tá? Aqui mostrando algumas coisas que a gente encontra. Gente, não é de agora, só queria dizer para vocês, isso aí é de anos, de décadas de trabalho da Vigilância. Eu só estou trazendo aqui que isso não começou ontem.

Lembrar que os canais de denúncia, as pessoas podem denunciar anonimamente. Deixar bem tranquilo que as pessoas podem denunciar sem ser anônimo, que vai ser garantido sigilo. Dizer para todos os empreendedores de Porto Alegre que, se tiver algum tipo de excesso, denuncie para a gente abrir processos de investigações preliminares que podem ou não gerar um processo de investigação. Tem o Estatuto do Servidor, que regra esse processo. Nós não vamos proteger ninguém que faça a conduta errada. Isso é de fundamental importância. Se não houver denúncia, não tem como a gente investigar. A gente já afastou trabalhadores.

Dizer, por fim, que nós somos, sim, uma cidade, um governo amigo do empreendedorismo. A gente quer empreendedorismo com segurança, com garantia, com qualidade, com tranquilidade para todas as pessoas. E, obviamente, que a gente está aqui junto com todos vocês para ouvir quais são as sugestões, quais são os processos de melhoria. A gente não sabe tudo. Sempre temos que saber, ouvir, ter *feedbacks* para que possamos melhorar os

processos. Temos muito orgulho de tudo que a gente faz de certo. E lamentamos muito no que dá errado e melhoramos. Eu sempre digo para quem trabalha comigo que vocês podem tudo, desde o que vocês saibam justificar por quê. Vocês estão representando um CNPJ, chamado Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Se comportem como Prefeitura. Nós não podemos, em hipótese alguma, levar para o lado pessoal. As pessoas têm o direito de fazer críticas, nós temos o direito de responder às críticas de forma correta – lembrando que tem prazos, processos, regras para a gente poder tramitar isso. Gente, desculpa, Presidente, por ter passado o meu tempo, mas fico à disposição aqui de todos para a gente discutir. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, secretário. Questão de ordem?

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Questão de ordem, Presidente, desde já cumprimento a presença do secretário Ritter e todas as representações do governo. E quero fazer uma solicitação, secretário Ritter, se nós pudermos ter acesso à apresentação que foi exposta aqui, que nós pudéssemos enviar para o grupo de vereadores e vereadoras da Casa.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): *Ok*, já vou pedir aqui, o senhor autoriza? Vamos passar no grupo dos vereadores.

Senhores, só para organizar aqui, nós estamos num momento de Comparecimento, são dez os vereadores que se inscreveram para discutir em Comparecimento, por cinco minutos, sem aparte; tanto poderá ser feito no microfone de apartes quanto na tribuna. Líderes, lideranças são após, conversei agora com o diretor-geral. Quem quiser se inscrever em liderança, que não foi contemplado no Comparecimento, assim poderá fazê-lo.

E quero também dar aqui as boas-vindas à Escola Municipal Especial Tristão Sucupira Vianna, professor Mateus, os alunos Henrique, Priscila e o

Weschllen, que estão aqui presencialmente nos visitando. Sejam bem-vindos, queridos, eles que são do bairro da Restinga. Bem-vindos. (Pausa.)

Questão de ordem, Ver. Mauro?

Vereador Mauro Pinheiro (PP) (Questão de Ordem): Só uma questão de ordem, vereadora, eu até não lembrava bem, estava conversando antes com a senhora e com o diretor legislativo, aí eu fui consultar o nosso Regimento, e a ordem é um pouco diferente: o secretário, o convocado, tem 30 minutos para falar e, posteriormente, o requerente tem 10 minutos, para depois abrir a inscrição de 5 minutos para cada vereador.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): É que não foi convocação, vereador.

Vereador Mauro Pinheiro (PP): Não, eu fiz uma convocação, nós aprovamos uma convocação.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Nós fizemos... A votação foi a convite.

Vereador Mauro Pinheiro (PP): Não, foi uma convocação, mas eu só gostaria de ter os meus dez minutos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Saiu, vereador, eu fiz o convite, conforme solicitado pela maioria dos vereadores.

Vereador Mauro Pinheiro (PP): Eu fiz o requerimento, o requerimento foi aprovado por unanimidade desta Casa e eu tenho direito a dez minutos, vereadora.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Com convite, vereador.

Vereador Mauro Pinheiro (PP): Nós podemos então olhar, vereadora. Eu quero falar por dez minutos, como requerente, e quero usar a tribuna, como requerente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor pode usar cinco minutos de tempo que eu lhe...

Vereador Mauro Pinheiro (PP): Eu quero o que está no Regimento, vereadora.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Mas não foi convocado, vereador.

Vereador Mauro Pinheiro (PP): Eu não tenho nada contra o secretário, não tenho nada, acho que a secretaria faz um excelente trabalho, a Vigilância Sanitária faz um excelente trabalho, só que eu quero o direito de ter o meu tempo de dez minutos, como está previsto no Regimento da Casa.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Questão de ordem?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, quando o Ver. Mauro veio fazer a solicitação, ele disse que era uma convocação, eu estava do lado dele e perguntei: “É uma convocação ou um convite?” E ele disse, pode ser um convite. E saiu da Casa como um convite.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): É convite. Vereador...

Vereador Mauro Pinheiro (PP) (Questão de Ordem): “Art. 137 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre. O vereador que subscreve, apresenta o presente requerimento. Do objeto. Solicita-se a

convocação do secretário municipal de Saúde de Porto Alegre e do responsável técnico pela Vigilância Sanitária, para comparecimento em sessão, a fim de prestarem esclarecimentos detalhados sobre as vistorias e fiscalizações recentemente realizadas nos estabelecimentos comerciais da cidade. Dos objetivos. Assegurar ampla transparência e controle legislativo sobre as ações de fiscalização sanitária no comércio local; Apurar a efetividade e a regularidade das inspeções, bem como a adoção de medidas corretivas; Contribuir para a segurança e saúde da população e para o cumprimento...” Claro que foi! Claro que foi, então vamos ver. Eu então vou requerer...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereador, nós estamos vendo aqui o convite, vereador. A proposta que eu lhe fiz lhe serve, vereador? Cinco minutos em Comparecimento, e o senhor usa cinco minutos de liderança pelo PP, o senhor vai ter os seus dez minutos, pode ser? Bom, eu vou passar adiante até a gente poder ver. Vereador, não queremos complicar, vereador. Bom, o primeiro inscrito aqui seria o Ver. Mauro Pinheiro, mas eu vou passar para o Ver. Roberto Robaina para que a gente possa dar andamento. Assim, vereador, assim que nós virmos, vereador, não grite mais que eu, que aqui não...

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, Presidente Comandante Nádia, vereadores e vereadoras, Sr. André Coronel, secretário de Planejamento e Gestão, e Sr. Fernando Ritter, secretário da Saúde. Nós estamos diante de uma situação grave. Nós tivemos essas notícias terríveis de estabelecimentos comerciais que venderam alimentos com cocô de ratos, fábricas de linguiça em estabelecimentos de mecânica, sujeira, desrespeito com os cidadãos. E a Vigilância Sanitária, apesar de ter um número insuficiente de funcionários - com funcionários que devem ser chamados, porque tem concurso feito e, infelizmente, os funcionários ainda não foram chamados; nós temos 18 agentes de endemias para serem chamados, que foram concursados. Apesar de nós termos uma Vigilância Sanitária insuficiente, que só atua, como disse o

Fernando Ritter, quando tem denúncias, quando, na verdade, teria que atuar também fazendo inspeção e não somente quando tem denúncias. Apesar disso, nós vimos a quantidade de denúncias que existem, a Vigilância atuou e descobriu verdadeiras barbaridades contra o cidadão de Porto Alegre. E, por incrível que pareça, nesta Câmara de Vereadores, tem uma parte dos vereadores, em geral ligados à extrema direita, que, ao invés de parabenizar a Vigilância, ao invés de dizer que o que ocorreu prova a necessidade de nós termos um fortalecimento da Vigilância como um órgão público de fiscalização, eles tratam de fazer um movimento político contra a Vigilância e contra o secretário Fernando Ritter.

Eu, que sempre sou crítico à Secretaria da Saúde, venho aqui dizer, secretário Fernando Ritter, que esse tipo de movimento é uma vergonha, isso que estão fazendo contra a Secretaria da Saúde e contra a Vigilância. É uma vergonha que o senhor tenha que vir aqui dar explicação dessa barbaridade que ocorreu em Porto Alegre. Essa extrema direita – e nesse caso o bom dessa extrema direita é que eles se revelam, eles se revelam, isso é excelente – levou uma surra nas redes sociais! Uma surra nas redes sociais! Porque as pessoas não são idiotas, Mauro Pinheiro, as pessoas não querem comer, não querem se alimentar com uma porcaria dada por donos de restaurantes irresponsáveis, relaxados, que não respeitam o cidadão. As pessoas não querem esse desrespeito! Inclusive, esse tipo de ação da extrema direita é muito ruim para os empresários que não são relaxados, que não são incompetentes, que não são sem-vergonhas. Porque os empresários que não são sem-vergonhas têm que ter esse interesse em que aumente a fiscalização, que aumente a vigilância, porque aumentando a vigilância vai tirar, pela via da legalidade, aqueles concorrentes que conseguem vender mais barato, mas vendem mais barato porque vendem comida estragada, comida velha, comida podre, aí conseguem reduzir os preços, porque vendem mais barato fazendo uma falcatrua no livre mercado. Então até aqueles que defendem, de modo decente, o livre mercado, devem levar em conta a necessidade da fiscalização. Eu quero deixar claro que nós somos solidários com a Vigilância, isso é a posição de toda a oposição, nós

temos uma oposição aqui que raciocina e que tem consciência da necessidade de que a Câmara de Vereadores defenda o interesse do cidadão. Mas nós temos uma extrema direita aqui, que é uma extrema direita que se orgulha de dar troféu para o Eduardo Bolsonaro, está aqui o Bobadra. Imagine, Grazi, ele quer dar prêmio para o Eduardo Bolsonaro. Não vai nem vir no prêmio dele, porque o Eduardo Bolsonaro não põe mais os pés no Brasil.

Então, nós temos uma direita aqui, uma extrema direita, que faz moção de repúdio contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Esse é o tipo de extrema direita; é uma extrema direita que tem sido funcional para o governo Melo, nós sabemos disso. Mas alerto, Ver. Idenir Cecchim: não permita que essa extrema direita derrube um secretário, porque eu sendo crítico ao governo de vocês, pode ter certeza, seguindo a orientação da extrema direita, o governo de vocês vai piorar.

Por isso que eu estou aqui para dizer: a Vigilância Sanitária tem que ser fortalecida, o serviço público tem que ser fortalecido e a extrema direita tem que ser derrotada, porque, sinceramente, não tem vergonha na cara de defender estabelecimento comercial que não presta e que desrespeita o povo de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Robaina.

Solucionado aqui o problema pela Taquigrafia, do dia 25 de agosto. Senhores, por gentileza, esta Presidente fala: Em votação o requerimento muito bem feito de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, no qual, esta vereadora, Presidente, também avalia como urgente de nós entendermos o que está acontecendo. Então, os vereadores que concordam com esta Presidente para que ela possa convidar, quarta-feira, o secretário Ritter, para estar aqui nos dando alguns esclarecimentos e apresentando essas questões em específico, permaneçam como se encontram. [blá-blá-blá]. Aprovado.

Ver. Mauro, o senhor tem cinco minutos, se o senhor desejar, mais cinco minutos o senhor pode usar da liderança na sequência ou já passa para o próximo.

O Ver. Coronel Ustra está com a palavra.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Presidente Comandante Nádia, boa tarde; boa tarde ao nosso secretário Ritter; boa tarde ao secretário André Coronel; estava aqui presente também o secretário Giuseppe Riesgo, da Secretaria de Parcerias, e o Fabiano Rheinheimer; aos nossos colegas vereadores, nossa galeria, TVCâmara. Nós não estamos aqui, secretário Ritter, contra a atuação da secretaria, contra a atuação da Vigilância Sanitária, e nós não queremos tornar isso aqui um debate ideológico. Então vem um vereador aqui falar sobre Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro. Não é essa questão agora, e nós precisamos ter respeito com a população de Porto Alegre e com os estabelecimentos comerciais do ramo da gastronomia. Essa é a nossa preocupação: que os estabelecimentos comerciais possam atuar de forma correta, com liberdade econômica e que seja respeitada também a segurança alimentar da população. Eu talvez, secretário Ritter, não seja o mais indicado para falar sobre segurança alimentar, porque eu vim do meio da caserna. E quem já foi da caserna sabe que, às vezes, nós fazemos a nossa alimentação, não é, André Coronel? De uma forma meio diferente. Mas nós temos, dentro do Exército, o PASA, que é o Programa de Auditoria e Segurança Alimentar, também, que a nossa vice-prefeita Betina é especialista. Então, nós temos no governo uma especialista em segurança alimentar, que é a nossa vice-prefeita Betina, que é do nosso partido. Então, os meus questionamentos aqui são para que nós tenhamos um esclarecimento à população e também uma explicação aos estabelecimentos comerciais, para que nós possamos chegar num denominador comum e fique bom para ambas as partes.

Então, a minha pergunta, secretário Ritter é: os proprietários – alguns proprietários – relatam danos a móveis e o fato de os alimentos terem sido colocados, por exemplo, no chão, alguns alimentos retirados da refrigeração, aguardando a avaliação. Isso não contradiz os princípios de segurança dos alimentos, da segurança alimentar, que a própria Vigilância Sanitária busca? A secretaria se responsabiliza por eventuais danos a materiais causados durante

a fiscalização? A gente viu alguns vídeos que alguns estabelecimentos publicaram em redes sociais. E nós deixamos bem claro aqui que empresário não é criminoso, estabelecimento comercial gera emprego e renda e ajuda no desenvolvimento econômico de qualquer lugar, principalmente aqui na nossa jurisdição, que é a cidade de Porto Alegre. Então, nós observamos a retirada de alimentos da refrigeração e colocados, pelo que nós vimos em alguns vídeos, eu pelo menos observei, de maneira inadequada. Então, como é que é o procedimento correto? Se retira o alimento? Por que se retira? Como é que se avalia? Ele volta para a refrigeração? Ele é descartado? Uma proprietária de estabelecimento comercial alegou que o alimento na hora já foi destruído, vamos dizer assim, foi colocado produto químico para destruir o alimento. Então como é que funciona? É a oportunidade de a secretaria poder esclarecer isso aqui para a população, de maneira tranquila, de maneira profissional, para que nós tenhamos aqui o bem para os estabelecimentos comerciais, que nós defendemos que se mantenham abertos, funcionando, obviamente dentro das normas, e também para que a população possa frequentar aquele estabelecimento sabendo que está em segurança alimentar. Nós estamos colocando, secretário Ritter, eu protocolei um projeto chamado Selo do Alimento Legal, então, uma sugestão para a secretaria, se nós aprovarmos, obviamente, o projeto aqui na Câmara de Vereadores, para que nós possamos ter um meio de fiscalização e que a população possa se dirigir a esse estabelecimento comercial sabendo que ele está livre de contaminação, que não tem perigo de estar com insetos, com fezes de ratos, enfim, que possa frequentar um estabelecimento do ramo gastronômico de maneira segura e possa levar sua família com tranquilidade. Então nós protocolamos esse projeto Selo do Alimento Legal para que nós possamos ter o bem dos estabelecimentos comerciais e também da população. Tenho certeza de que falo em nome da bancada do Partido Liberal também com relação a essa pauta. Obrigado, e desejo um bom trabalho, e que os ânimos se acalmem aqui na Câmara para que nós possamos ter os esclarecimentos necessários.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Coronel Ustra. Ver. Mauro Pinheiro, o senhor vai usar seu tempo? Vou solicitar que os líderes cheguem aqui à bancada, por gentileza. Todos os líderes aqui, por gentileza. (Pausa.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Senhores, reunidos os líderes aqui, com a votação de dez votos “sim” e três votos “não”, o Ver. Mauro tem dez minutos na tribuna.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Presidente Comandante Nádia, secretários, diretora da Vigilância Sanitária, em primeiro lugar quero agradecer a forma como a Ver.ª Comandante Nádia e todos os vereadores desta Casa tomaram de imediato o nosso requerimento de convocação do secretário, colocando em votação o requerimento e aprovando por aclamação o requerimento da convocação para que o secretário estivesse aqui; poderia ser por convite, não tem problema nenhum, secretário, sei que o senhor é um secretário que, sempre que é solicitado, atende muito bem a todos os vereadores desta Casa, mas o anzol é torto, o anzol é torto, e o certo dele é ser torto, porque senão não se consegue pescar. E o que foi votado na Casa foi um requerimento, só isso. Só quero que se cumpra o Regimento; agora ninguém está fazendo nenhum favor, me dando dez minutos para falar, porque o Regimento – conforme os arts. 137 e 138 – prevê convocação de secretário, é uma coisa simples, não tem nada que vai ser contra o secretário ou vai depor contra a imagem secretário porque ele foi convocado para vir aqui na Câmara falar. Faz parte da fiscalização do trabalho dos vereadores, assim como como faz parte da função da Vigilância Sanitária ir nos comércios fiscalizar. Então a nossa função é fiscalizar o Executivo, e é isso que eu, como vereador, estou propondo, a fiscalização do trabalho do secretário da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Não tem oposição, não tem situação, eu sou um vereador da cidade de Porto Alegre e defendo a população, mas também defendo os empreendedores. Sou vereador empreendedor, até o dia que eu me elegi vereador, eu era um empreendedor,

fiquei por 17 anos trabalhando num comércio e estive várias vezes, em várias situações, junto com a Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária, com a SMIC, ainda quando a Vigilância fazia parte lá e fiscais da SMIC fiscalizavam o nosso comércio. Então é normal ser fiscalizado e não sou contra, Ver. Roberto Robaina. Em hipótese alguma sou contra a fiscalização dos estabelecimentos comerciais, de bares, de restaurantes, de padarias, de supermercados. Agora o que eu sou contra é a forma arbitrária... E também não vou, de forma alguma, deixar que nesta Casa tenha uma forma arbitrária contra qualquer procedimento e contra o Regimento desta Casa.

Então, secretário, a sua apresentação foi importante para demonstrar o que é feito na secretaria e como é feita a fiscalização, mas o que me levou a fazer essa convocação é o simples fato do que está sendo noticiado nas redes sociais, nas rádios, na mídia, sobre a forma como foram autuados alguns estabelecimentos. Eu acho a coisa mais normal que tem a fiscalização ir, agora os procedimentos que aconteceram nesses últimos dias... E não foi por todos, porque eu recebi, após essa convocação, vários telefonemas, várias mensagens de vários empresários e empreendedores que sustentam esta cidade, que pagam seus impostos e na grande maioria deles a reclamação é com relação a uma única pessoa; não é da Secretaria de Saúde, não é da fiscalização, é da atuação de um fiscal, e eu não vou aqui citar o nome desse fiscal, porque não quero que ele seja rotulado. Eu acho que está equivocado, e nós temos que ter aqui na nossa cidade de Porto Alegre uma situação em que tenha um modelo de fiscalização. Só por isso que eu estou aqui nesta tribuna, secretário; posteriormente vou conversar em particular com o senhor, vou passar o nome da pessoa, o que me foi passado por vários empreendedores que têm medo de falar, têm medo de falar em público, têm medo de citar, de procurar, porque eles sabem do corporativismo, muitas vezes, de algumas instituições, e há o medo de, no outro dia, haver uma repressão.

Então por isso, secretário, eu fiz essa convocação. Inclusive quero passar aqui, se for possível, alguns vídeos, mostrando o que alguns empresários

estão falando sobre a forma como foram autuados. Então peço a gentileza de passar o vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Eu estive lá nessa casa, fui lá visitar, até porque quando saiu a convocação do secretário, esse proprietário fez contato comigo, e eu me coloquei à disposição e fui até lá olhar. Ele tem uma série de vídeos, tenho certeza de que se a Prefeitura, secretário André, não tiver uma boa conversa com esse cidadão, ele vai entrar na justiça e a Prefeitura vai pagar uma indenização muito grande para essa casa. Porque o que eles fizeram lá, Ver. Robaina, não é somente a fiscalização do comércio, eles têm dois comércios, na parte de cima tem um outro comércio que é um salão, alguma coisa de beleza, eu até não sei muito bem o nome que usa lá, mas é um nome mais pomposo porque é um bom salão, e os fatos que eles me mostraram por filmagem, toda casa, os dois estabelecimentos têm câmeras em tudo, então eles têm a filmagem desde o primeiro momento que a fiscal chegou. A fiscal chegou, o empreendimento estava fechado, ela abriu o portão, entrou, forçou uma porta, forçou outra, acabou entrando, só tinha uma funcionária, a casa estava fechada, e a partir dali foi um verdadeiro caos, como se fosse alguém que está chegando e arrombando, assaltando, um assalto, Coronel, um batalhão assaltando a copa. Assim que eles se posicionaram. O dono do estabelecimento estava viajando, pois era o aniversário dele, estava em Natal; acabaram as férias, voltou para Porto Alegre. E, Ver. Jessé, pegaram tudo que estava dentro de uma câmara fria, jogaram no chão, e depois foram ver se estava bem acondicionado ou não, primeiro jogaram tudo para o chão. E aí tem uma cena que rodou por tudo, e tem os vídeos, tem os vídeos, Ver. Jonas, eu vi os vídeos, e quero mostrar mais, o tal porco, o porco que rodou pelo Instagram de todo mundo, o porco que estava lá, que jogaram produto químico em cima, que eles tentaram convencer de que o porco tinha procedência, e a Vigilância dizia: “Não, não tem procedência, que não tem selo...” Realmente não tinha selo, “Mas a nota fiscal está aqui, eu tenho

a nota fiscal", ele me mostrou a nota fiscal e a Vigilância não quis ver a nota fiscal. Está aí a nota que mostra a procedência do porco. Se estava mal acondicionado ou não estava, é uma outra questão, mas a Vigilância não se deu ao trabalho de olhar a nota fiscal do porco. Então foi uma atitude equivocada, e que nós aqui, como vereadores – não me interesso se é do governo A, B ou C –, não podemos deixar isso acontecer com os empreendedores, com os empresários desta cidade de Porto Alegre. Nós não podemos deixar! E a atuação de uma única pessoa não pode manchar a história da Secretaria da Saúde, nem da Vigilância Sanitária de Porto Alegre. Nós temos, sim, que tomar atitudes sérias, temos que apurar sim, secretário, apurar o que está acontecendo com algumas pessoas da Vigilância Sanitária. Não podemos culpar a todos, nós temos sim, esta Casa – como a Vigilância Sanitária tem as suas obrigações –, nós temos obrigações, nós temos obrigações de fiscalizar se o bom trabalho está sendo executado ou não.

Eu poderia passar aqui vários vídeos que me foram mandados por mais de uma empresa, não vou ficar passando, porque vai ficar monótono, mas o que foi feito lá, além de tudo isso, nessa mesma residência, nesse comércio, Ver. Cecchim, o senhor que é um empreendedor, líder do governo, tem um aposento, eles têm um quarto particular do casal que trabalha com duas empresas no mesmo empreendimento, no mesmo imóvel, um imóvel, inclusive, tombado, que foi feito sem cuidado nenhum, colocado ácido, sei lá qual o produto, em cima dos produtos que estavam no chão. Essa senhora, a Vigilância Sanitária entrou no quarto e ficou por mais de dois minutos – dentro do quarto –, olhando o quê?

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): No quarto do casal. E uma pessoa, um cidadão que estava fazendo a sobrancelha teve que sair.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir, vereador.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Então, tem uma série de absurdos e não só nesse, em vários outros. Conversei com meus colegas supermercadistas...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Concluindo, vereador.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): ... e tem uma série de denúncias de formas diferentes, métodos diferentes que estão sendo usados.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Então, secretário de Saúde, peço a sua compreensão e a sua clareza, assim como peço ao prefeito municipal que apure bem os fatos que estão acontecendo na cidade.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): ...porque nós, como uma cidade empreendedora, não podemos deixar que algumas pessoas estraguem a reputação da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

O Ver. Giovane Byl está com a palavra.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Presidente, obrigado, Márcio Bins Ely, nosso vice-presidente da Casa que assumiu os trabalhos aqui. Quero saudar o nosso secretário municipal de saúde, o secretário Fernando Ritter.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quer usar a tribuna, vereador? Fique à vontade.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Vou falar daqui mesmo, querido. Falar daqui mesmo. Nosso secretário André Coronel, é de casa, está sempre aqui junto com o Legislativo, e a Aline, que é a diretora do nosso setor de Vigilância Sanitária. Eu quero começar a fazer uso da palavra aqui, primeiro dizer, secretário, que a população de Porto Alegre confia muito na Secretaria da Saúde, nos seus servidores, e também nos servidores parceirizados. Porto Alegre respeita, conhece e confia. Esses mesmos servidores que foram heróis na pandemia, e a gente não pode deixar de citar isso, servidores da saúde municipal de Porto Alegre foram heróis no período da pandemia, nas enchentes também nós vimos a resiliência desses servidores. Então é preciso dizer que Porto Alegre, a população no geral, confia no trabalho da Secretaria de Saúde. A Vigilância Sanitária do Brasil – eu, André Coronel, me informei, fui pesquisar – , a Vigilância Sanitária de Porto Alegre é referência nacional. Nós temos indicadores, nós temos números que mostram que a vigilância aqui do nosso Estado, da nossa capital, é exemplo para o Brasil.

Os fatos aqui mostrados não podem nos persuadir de que existe uma perseguição, pois se trata de um caso isolado. No entanto, eu andei, eu procurei, eu tentei achar se tinha alguma divulgação por parte da Prefeitura ou da Vigilância Sanitária sobre esse caso ou sobre outros casos, e, na verdade, todas as divulgações que existem são da mídia, foram expostas pela mídia. E a repercussão nas redes sociais fez com que se identificassem os locais. Mas eu não encontrei, Ver. Márcio Bins Ely, em nenhum momento, a Prefeitura ou o órgão da Vigilância Sanitária divulgando qualquer estabelecimento.

Eu quero, como cidadão porto-alegrense e quem frequenta os comércios, e principalmente o comércio de periferia, que a gente visita o restaurante, visita a lancheria, come um xis, come um açaí, uma coisa eu quero ter certeza e garantia, que eu vou levar o meu filho de 3 anos, que eu vou levar minha filha de 9 anos e minha esposa para comer num lugar onde eu vou ter certeza que aquele alimento foi bem manuseado, bem acondicionado. Então quero dizer para o cidadão empreendedor de Porto Alegre que, se você trabalha direitinho, se você cumpre todos os requisitos, pode ter certeza de que você não sofrerá autuação. E acho que fica uma grande lição aqui para Porto Alegre, para os nossos empreendedores tomarem as cautelas, todas as medidas que a lei dita. Sobre esse caso específico e que repercutiu muito nas redes sociais, é sempre bom olhar os dois lados.

Então, secretário, eu quero externar aqui que, como bancada do Podemos, Ver. Hamilton Sossmeier e eu, nós confiamos plenamente na sua gestão e confiamos na gestão da Vigilância Sanitária, mas também deixamos bem claro que medidas têm que ser tomadas. A gente sabe que o servidor que vai para a fiscalização é tenso, uma fiscalização é tensa. Então por isso que a medida tomada pelo governo, das câmeras de segurança, vai trazer respaldo tanto para o empresário, quanto também vai trazer respaldo para o servidor e para nós, como fiscalizadores da ordem da nossa capital. Por hora, é isso. Obrigado, Presidente Márcio.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Giovane Byl, falou em nome dele e do Ver. Hamilton, bancada do Podemos.

O Ver. Erick Dênil está com a palavra.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa tarde a todos e a todas, cumprimento os vereadores, todos que estão aqui no auditório participando do nosso plenário, todos que estão assistindo também pela TVCâmara. Gostaria de pontuar algumas questões que eu acho fundamentais. Primeiro, é importante registrar que eu sou um vereador de oposição, filiado ao PCdoB, e eu sou um

dos mais críticos aqui da gestão do governo Melo, inclusive crítico na área da saúde, secretário, pois temos vários problemas, crítico na área da educação, na área do transporte, e fizemos aqui na Câmara uma oposição ferrenha ao governo, quando de fato há erros, mas, nesse caso aqui, me surpreende o fato de ter uma convocação ao secretário de saúde para que ele seja inclusive colocado a público, e colocado de uma forma intimidatória sobre o serviço da Vigilância Sanitária. Por vezes, quando eu vi a convocação, eu pensei: “Vão chamar a Vigilância Sanitária e o secretário de saúde para fazer elogios, inclusive, ao serviço prestado pela Secretaria de Saúde”. Mesmo sendo um vereador de oposição, um vereador crítico ao governo Melo, não poderia deixar de reconhecer o excelente trabalho que a Vigilância Sanitária faz na sociedade porto-alegrense e na Prefeitura de Porto Alegre. Esses estabelecimentos não foram fechados à toa, esses locais, muita gente frequenta, leva o seu filho, a sua esposa, a sua família, em dias de semana, em finais de semana, e não é possível achar normal que nesses locais tenham fezes de rato, mais de 600 quilos de carne estragada, equipamentos que não eram higienizados, trabalhadores trabalhando em ambientes insalubres. Eu acho que é papel nosso, dos vereadores desta Casa, elogiar o trabalho feito pela Secretaria de Saúde e também pela Vigilância Sanitária, que tem excelentes servidores. Eu acho que por vezes a gente acaba generalizando o problema; nós sabemos que toda e qualquer profissão tem bons profissionais e tem maus profissionais, tem bons servidores públicos e maus servidores públicos. Nesse caso específico, eu quero, mesmo sendo um vereador de oposição, parabenizar o trabalho feito pela Vigilância Sanitária, e dizer que esse jogo político de tentar enquadrar a Secretaria de Saúde na briga de espaço do governo municipal pela extrema direita, que não se envergonha de criar um projeto de lei para não divulgar os estabelecimentos que foram fechados, dizer que esse trabalho tem que seguir forte, tem que seguir inclusive com o apoio dos vereadores desta Casa, porque, de fato, as pessoas em Porto Alegre não podem correr risco de almoçar, de jantar ou de fazer um lanche em estabelecimentos que não tem o mínimo de capricho. É dever do empresário, é dever do proprietário de um restaurante ou de um

comércio qualquer cuidar da higienização, cuidar para que as pessoas possam frequentar. E eu acho, não só acho, como tenho certeza, que é dever também nosso fiscalizar junto com a Vigilância Sanitária e fechar os estabelecimentos que devem ser fechados. Porque se não está de acordo com as normas, com as regras e com a lei, tem que fechar, tem que respeitar as leis e as regras. Por isso o meu apoio à Vigilância Sanitária, por isso o meu apoio inclusive a esse trabalho feito pela fiscalização da Vigilância Sanitária, porque todo comércio, restaurante, bar que têm de fato irregularidades, fezes de rato, xixi de rato, péssimas condições de trabalho aos trabalhadores e más condições dos alimentos, com mais de 600 quilos de carne estragadas, esses locais têm que ser fechados. Por isso o meu apoio aos servidores da Vigilância Sanitária, o meu apoio a essa fiscalização para que o nosso povo possa de fato frequentar espaços que tenham responsabilidade com a alimentação. A alimentação interfere diretamente na saúde das pessoas. Então se trata de um assunto muito sério do nosso Município que precisa ser levado em consideração, mas a gente também não pode deixar que esse jogo político de disputa de espaços do governo Melo interfira na vida e na qualidade do povo de Porto Alegre. Parabéns à Vigilância Sanitária, que possa fiscalizar e possa fazer o seu papel. E não é tarefa também dos vereadores da extrema direita impedirem que a Secretaria faça o seu trabalho. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Erick Dênil.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. Prezado Presidente dos trabalhos, Ver. Márcio Bins Ely; Dr. Fernando Ritter, secretário da Saúde; Sr. André Coronel, secretário de Planejamento e Governança; Dra. Aline, da Vigilância; vereadoras e vereadores, público que nos assiste, é uma situação, no mínimo, inusitada. No mínimo! Porque, vejam só, quando nós recebemos muitas denúncias da Guarda Municipal tratando mal, mal mesmo, as pessoas em

situação de rua, a extrema direita não se manifesta. Quando há episódios, até com vídeos, da Brigada Militar, aspas, pedalando portas para entrar na periferia sem mandado judicial, companheiros Mário e João Ezequiel, não há manifestação da extrema direita. E quando há fiscalização pesada na periferia em relação à alimentação, a bebidas, às condições em que estão, não há essa manifestação. Mas surgiu um problema sério na alta burguesia da cidade – na alta burguesia –, e não é problema ser alta burguesia, o problema é não cuidar dos alimentos, o problema é não ter razão. Aí é colocado aqui um servidor, um servidor, como sendo o culpado. Há servidores, talvez esse, ou como aquele da Receita Federal que não permitiu que o governo Bolsonaro levasse as joias que não eram dele, do Bolsonaro, não eram da esposa dele, Dona Michele, o funcionário não deixou, aquele servidor é um herói! É um herói! Ele foi pressionado por quatro ministros e não deixou levarem as joias que eram do Brasil, não eram do casal Bolsonaro. Então tem que ver bem direitinho. Apontaram uma pessoa; muitas trabalharam. Eu não sei quem é esse que apontaram. Agora, Ver. Cecchim, trabalharam bem, trabalharam certo, pois está visto aqui, foi visto, constataram episódios de fezes de ratos, de carne mal acondicionada. Há um episódio que até eu ouvi na Rádio Gaúcha, de um leitão, um porco sem procedência, pendurado no meio das outras carnes. Na Rádio Gaúcha que eu ouvi, mais ou menos o que disse aqui, eu acho que foi reproduzido, a pessoa, o dono do estabelecimento disse assim: “...Mas eu expliquei para o fiscal, aquilo era para os funcionários...” Sim, mas e daí? Os funcionários não estão aqui para serem também respeitados? Não são eles também pessoas que devem ser protegidas pela fiscalização? Não são eles também cidadãs e cidadãos, tanto quanto os consumidores? Ou os funcionários podem comer carne sem procedência e os consumidores que pagam, não? Como assim? Então, o cumprimento da obrigação, o cumprimento da obrigação da fiscalização, foi motivo de uma polêmica fantástica nesta Casa. E é apenas o cumprimento da obrigação. E isso é, concluo, Presidente, perigoso, porque não pode haver um tipo de pressão ilegítima que vá tensionar áreas do governo a não cumprirem a sua obrigação. Não pode haver, não pode haver.

Vocês sabem que nós somos críticos do governo, a oposição é crítica, ácida do governo, mas sabe o que é certo, o que é errado, já apoiou o governo em muitas coisas, criticou em outras tantas. Nesse caso, a fiscalização, que eu nem conheço as pessoas, cumpriu o seu dever. E, se cumpriu o seu dever, merece aplauso e não reprovação. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas.

A Ver.ª Vera Armando está com a palavra.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Presidente dos trabalhos, Ver. Márcio Bins Ely; André Coronel, secretário-geral de Governo; Fernando Ritter, secretário de Saúde; a senhora também que acompanha a Mesa, representando a Vigilância Sanitária; senhoras e senhores, defender a saúde da nossa população é um dever da Secretaria de Saúde, da Vigilância Sanitária e de todos os órgãos competentes. Aumentou a fiscalização no ano de 2025 aqui na nossa capital. Defender a saúde da população é o que todos nós esperamos, para sabermos exatamente o tipo de alimento que nós estamos consumindo. No entanto, levando-se em consideração esses casos que se tornaram públicos, há de se fazer uma ressalva quanto à comunicação: qual o papel da imprensa nesses momentos? Muitas denúncias, ainda em processo de averiguação, de identificação da validade ou não desses produtos, de análise, não podem ser divulgadas, porque empresários, trabalhadores, também trabalham com imagem. O nome da empresa deve ser preservado. A Secretaria de Saúde não divulga o nome, não divulga o bairro, não divulga o nome do empresário, até que haja a confirmação de que houve, sim, alimento estragado, vidros quebrados, animais roedores, por exemplo, no local e outras tantas irregularidades. Porque não pode haver prejuízo da imagem de empresas, mas a nossa saúde precisa ser preservada.

O que eu quero dizer com essas duas situações? Deve haver um equilíbrio entre o trabalho da Vigilância, deve haver um equilíbrio entre a

Secretaria da Saúde e deve haver também uma grande responsabilidade por parte da imprensa na divulgação de dados ainda não confirmados. Eu quero agradecer a presença do secretário Fernando Ritter. Sobre as fiscalizações e ações da vigilância, secretário, nós sabemos que hoje ocorrem essas ações a partir de denúncias ou intercorrências com intoxicação alimentar, como surtos registrados em hospitais. Eu gostaria de saber se a atual estrutura da nossa Secretaria da Saúde poderia adotar uma fiscalização, uma inspeção sistematizada, rotineira, em um número determinado de estabelecimentos, seja uma periodicidade mensal, semestral, uma amostragem, para que não ficássemos dependendo apenas de denúncias ou mesmo de surtos, para que nós pudéssemos ter essa radiografia, esse raio X de como está a saúde do Município, de como os restaurantes, bares, padarias estão tratando a questão da saúde, que para nós é muito importante. Eu agradeço a presença dos senhores aqui na nossa Câmara Municipal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.ª Vera Armando. A Ver. Mariana Lescano está com a palavra.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde quem está nos assistindo pela TVCâmara, quem está nos assistindo nas galerias; boa tarde, Presidente; boa tarde, secretário Fernando Ritter; boa tarde, secretário André Coronel; diretora, boa tarde. Hoje nós viemos aqui para esclarecer uma situação que está acontecendo em Porto Alegre e nós estamos sendo muito cobrados, sim, sobre a atuação da Vigilância Sanitária nos estabelecimentos comerciais. E não é nada contra a atuação do secretário, mas nós, como os fiscalizadores da lei, como fiscalizadores do Município, precisamos entender por que diversos empresários estão sendo tratados de forma que não consideramos respeitosas. Nós sabemos que a fiscalização é necessária, sim, mas ela não pode ultrapassar uma postura ética e legal. O policial, quando vai prender bandido, tem que cumprir um monte de lei, tem que respeitar criminoso, por que o empreendedor nesta cidade não está sendo respeitado? O que me

causa estranheza é ver a esquerda, mais uma vez hipócrita, vir aqui se solidarizar com as ações da Vigilância. Só um pouquinho, a esquerda que passa defendendo criminoso, é óbvio que eles vão atacar empresários. É um povo que não gosta de empreendedor, é um povo que não quer que se gere cada vez mais riqueza, que quer um Estado gigante, que quer muito imposto, mas não sabe valorizar quem gera todos esses impostos, que, ao fim e ao cabo, é o empreendedor.

E é por isso que a gente vem aqui. Nós viemos compreender por que a Vigilância Sanitária vem fazendo ações que estão deixando empresários, como aconteceram relatos dos proprietários da Casa Vivá falando que chegaram lá sem identificação, de forma abusiva, depois tirando todos os alimentos da câmara fria ao mesmo tempo, para que daí fossem inspecionados. Qual é o procedimento que deve ser tomado?

Aliás, nós queremos também saber, e já pedimos há algum tempo, secretário, um *checklist* para que o empreendedor tenha a previsibilidade do que vai ser cobrado, para que ele possa saber se o gás é dentro, se o gás é fora, se o álcool gel é dentro, se o álcool gel é fora. Porque muitos empreendedores nos relatam que uma semana vão lá, recebem a fiscalização da Vigilância Sanitária, dizem que o álcool gel tem que estar do lado esquerdo; na outra semana, não, agora tem que estar do lado direito. A coifa tem que ser de metal, a coifa tem que ser de plástico... Isso gera insegurança e ainda um desgaste enorme para o empreendedor que já tem uma carga tributária do tamanho de um bonde, mas que quer seguir a lei, só que não quer ter prejuízo no seu estabelecimento.

Além disso, muito me causa estranheza que os empresários são colocados na imprensa como se criminosos fossem, como se já estivessem sido condenados por não cumprir a lei, mas é no mesmo País que diz que pela lei de abuso de autoridade a gente não pode estampar a cara de criminoso. Bandido não pode ter cara estampada para a sociedade ficar mais segura, porque tem que proteger o vagabundo.

Então, o Ver. Ramiro fez uma lei, com a qual concordamos, até que se comprove que houve de fato alguma infração, que seja preservado, sim,

aquele estabelecimento, aquele empresário. Porque a gente sabe que as denúncias, muitas vezes, acontecem com o intuito único e exclusivo de fazer com que o empresário perca a clientela, com que ele fique com o seu estabelecimento fechado.

E, para finalizar, já que a esquerda está tão solidária agora com a atuação da Vigilância Sanitária, já vou fazer aqui uma solicitação: recebi diversas denúncias sobre o bar Pito, que o bar Pito não cumpre as leis da Vigilância Sanitária. Não foi uma, não foram duas, não foram mil. Então, a partir de hoje, estamos solicitando que o bar Pito seja verificado pela Vigilância Sanitária. Eu quero ver agora o que a esquerda vai achar quando verem molho fora de validade, fora da geladeira.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.ª Lescano.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Para finalizar, Presidente, nós não queremos que não haja fiscalização, mas a extrema direita, que a esquerda adora falar, não somos extrema direita, somos liberais e sabemos que quem gera emprego, quem gera renda, se todo mundo aqui está hoje neste Parlamento é porque tem empresário trabalhando 24 horas por dia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.ª Mariana Lescano.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão... Por favor, Presidente, recomponha para nós o tempo. Luiz Afonso, coloca para nós o vídeo, faz favor. Pode retomar o meu tempo ali, Presidente. Começar a contar agora, faz favor.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu queria aqui cumprimentar o secretário Fernando Ritter, o André Coronel, a Sra. Aline, da Vigilância, e mostrar para vocês, olhem lá essas imagens. (Mostra imagens.) Olhem essas imagens! Olhem essas imagens com atenção, vejam. Para aí, dá um *pause* para nós, dá um *pause* nesse porco aí, dá um *pause* no vídeo, dá um *pause* nesse porco, o fatídico porco reivindicado aqui pela extrema direita, o coitadinho do porco congelado sem embalagem. Aí, vocês olham, o megaempresário gravou um vídeo dizendo: "Ai, eu sou um coitadinho do empresário, eu vendo comida boa", mas não botou ali o laudo, Ver.ª Lescano, com um *checklist*. Por que esse empresário não botou o laudo com tudo que estava irregular lá dentro, que a Vigilância seriamente fez. Porque a Vigilância, secretário Fernando – e o senhor foi diretor da Vigilância, eu o parabenizo porque o senhor conhece e tem o conteúdo. E quem trabalha na Vigilância é concursado. Essa é a mágoa da extrema direita. Eles queriam que fosse um indicado lá, que fosse um CC, porque daí eles ligam para o CC e dizem: "Olha, espera aí, salva o porco, não deixa o porco ir para o lixo". O porco é para festinha do final do ano. Ah, dá licença, hein! Dá licença! Foram mais de mil pedidos, denúncias, mais de mil pedidos, mil denúncias na cidade. Aí a extrema direita, das mil denúncias, Ver. Cecchim, estão tristes com o porquinho, porque o porquinho foi para o lixo. Será que vocês estavam convidados para ir para festa do final do ano lá, para comer o porquinho à pururuca, e aí estão com mágoa? Vocês têm que defender a saúde da população, porque o secretário está fazendo isso. Os trabalhadores da Vigilância fazem isso, protegem a vida contra a salmonela. Aí, 300 quilos de carne inutilizada. Vocês querem me convencer que três ou quatro empresários têm que ser vitimizados aqui no plenário, enquanto 99,9% dos empreendedores da cidade são sérios, são sérios e não estão aqui com mimimi. São sérios e agora estão trabalhando, estão vendendo comida neste momento, estão com seus supermercados, açougues abertos, porque eles trabalham. Agora, os coitadinhos, aqueles com queijo podre vendendo para a população, sem data de validade. Imaginem, a Vigilância vai lá, encontra no restaurante do bonito alimento que deveria estar resfriado, o bonito congelou para durar mais, Ver.

Cecchim. Aí vocês querem que a gente flexibilize para os vigilantes, para os agentes de fiscalização? Não! Eu sou favorável a pagar mais para os agentes de fiscalização, colocar mais agentes de fiscalização, ouvir mais as denúncias da população. E quero dizer mais, Ver. Cecchim, nessa aí eu estou com o chapéu de palha, pode trazer o chapéu de palha aqui que eu boto, porque contra essa extrema direita, nós vamos defender a saúde do povo, nós vamos estar sempre a favor do empreendedor sério, da pessoa que faz a coisa com honestidade. Teve gente que foi autuada na sexta, secretário, no sábado e domingo resolveu, e não foi para a internet gravar vídeo dizendo “Ai, estou magoado que o meu porquinho...” “Não posso assar ele, meu porquinho sem embalagem, sem data de validade...” Tem gente que foi autuado pela Vigilância, reequipou o seu estabelecimento, limpou, ajeitou, comprou mercadoria nova e na segunda estava aberto, trabalhando. Esse é o empreendedor sério, esse é o empreendedor que gera emprego e garante a saúde da população. Por mais visitas da Vigilância Sanitária, por mais fortalecimento da Vigilância Sanitária! Respeitem o trabalho dos técnicos, respeitem o trabalho do secretário da saúde de Porto Alegre que está aqui tendo que perder tempo para falar o óbvio para vocês da extrema direita, que adora uma lacração. A extrema direita, estava lá, tinha um vereador... Cadê o Ver. Tiago? O Ver. Tiago não veio, não veio hoje, mas ele estava brabão na internet, ele estava lá “Salvem o porco! Salvem o porco”. Pelo amor de Deus gente, tem que salvar a população, salvar o povo de Porto Alegre.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir.

VEREADOR JONAS REIS (PT): E, para concluir, Presidente, quem quiser vender porcaria não vai vender em Porto Alegre...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tempo esgotado, meu querido.

VEREADOR JONAS REIS (PT): ...Porque aqui tem vereador e vereadora que defendem a saúde pública.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jonas. Peço que o Ver. Moisés possa assumir a condução dos trabalhos para que eu também possa me manifestar aqui em Comparecimento.

(O Ver. Moisés Barboza assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente dos trabalhos Moisés, na pessoa de Vossa Excelência cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TV Câmara, senhoras e senhores. Em especial aqui quero fazer uma saudação ao secretário Ritter, ao secretário André Coronel, à Aline, da Vigilância Sanitária. Estava aqui, atentamente, escutando os vereadores que me antecederam, e realmente, também preparei um material, peço que, se possível, a gente possa extrair aqui algumas fotografias do que saiu na imprensa. Acho que é muito oportuno e necessário que a gente se atente para aquilo que foi constatado e que foi documentado, porque isso não é brincadeira, é coisa séria e se trata de saúde pública. Se em apenas um estabelecimento, 18 pessoas foram intoxicadas, então nós precisamos ter uma atenção especial, reconhecer que o trabalho da vigilância deve, inclusive ocorrer, Ver. Moisés, por demanda ou por denúncia, porque a Vigilância Sanitária não tem perna suficiente para estar cobrindo, digamos assim, todos os estabelecimentos. Então, quando chega ao nível, de um estabelecimento ser vistoriado, quando é feita uma constatação, ela deve ser duramente autuada, porque pessoas podem vir, inclusive a óbito, no que diz respeito aí a leptospirose, botulismo e outras doenças gravíssimas aí. Botulismo, a proteína botulínica, enfim, né, o termo técnico era usado, inclusive, como

veneno, mata as pessoas. Então nós estamos falando de saúde pública, nós queremos frequentar estabelecimentos, nós, as nossas famílias, e termos a segurança de que não estaremos intoxicados, que não teremos nenhum tipo de situação que nos leve aí a um problema de saúde. Eu acredito, assim, feitas aqui as ponderações a respeito da moderação das abordagens... Que bom, secretário Ritter, que nós temos esse indicativo de câmeras corporais, tudo isso auxilia qualquer tipo de situação que possa ser aventada aqui de contrapor a transparência do trabalho da vigilância. Mas a vigilância, em princípio, ela tem fé pública, nunca uma autuação é feita de maneira individual, apenas um fiscal, geralmente tem pelo menos duas testemunhas junto. Isso não é brincadeira, não é perseguição, ou se vá combater com *fake news*, ou notícias de internet, para contrapor um trabalho fundamentado, documentado, que eu tenho certeza, que chama atenção aqui, aos olhos de todos, o que aconteceu. Então, quero me somar àqueles que entenderam que esse é um problema grave, e que bom que nós tivemos pulso firme para tomar as medidas cabíveis, necessárias, objetivas, e que se impõe nesse tipo de situação, quando se faz esse tipo de, quando se detecta esse tipo de problema, tem que atacar o problema e resolver o problema. Não é possível estar vendendo carne estragada, comida vencida, ou sei lá, se tem que congelar tem que estar congelado; se não está congelado, está errado. E nós queremos ter a tranquilidade de ir num restaurante, não ficar passando mal uma semana depois, isso seria minimamente falando.

Então, eu quero aqui cumprimentar a Aline e a equipe da vigilância, acho oportuno e importante que a vigilância aqui esclareça essa questão da abordagem, eu tenho certeza, e quero apenas reforçar aqui agora na fala, quando nós concluirmos aqui as intervenções todas, vamos devolver a palavra ao governo, de que essas não são ações isoladas de um fiscal sozinho, né? Acredito que deva ter sempre mais alguém acompanhando, e que isso fique tudo documentado com mais de uma pessoa a testemunhar o que foi constatado, e acho que as fotografias não são inventadas e nem montadas. Nenhuma documentação que a Vigilância Sanitária utiliza como algo formal nos seus

arquivos, ou que ficam ali a registro, deva ser produzido que não a retratação da verdade.

Então, ficam essas considerações, e acho muito oportuno e importante que esse tipo de debate venha da Câmara e venha para a Câmara, porque nós precisamos dar a notoriedade sim para que esse tipo de coisa não aconteça mais em Porto Alegre. Pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos, Ver. Márcio Bins Ely.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde, Presidente Moisés Barboza, secretários Ritter, André Coronel e a nossa Aline, que está representando a Vigilância Sanitária. Para quem não conhece Porto Alegre e esteve aqui hoje de tarde, pensa que o prefeito Sebastião Melo foi eleito por unanimidade. É bom ouvir todos os vereadores. O Ver. Mauro Pinheiro foi de boa-fé quando fez a coisa, também eu não tenho procuração do Mauro, mas ele não é mais supermercadista, então, nada é interesse, em nome pessoal. Mas também, Ver. Robaina, V. Exa. fez um discurso brilhante no início, só queria dizer que ninguém pediu a cabeça do secretário Ritter. E não vai cair por causa dessas coisas, ele está acostumado a enfrentar crise. O bom de tudo isso é que um dia depois, dois dias depois, nós estamos com o secretário, secretários, com o governo aqui, para dar uma resposta, uma resposta firme, dizendo que a fiscalização é necessária, de preferência com os fiscais do ramo. A fiscalização é necessária e vai continuar, vai continuar. Tem muitas sugestões que nós ouvimos aqui, Ver.ª Lescano, que precisam ser levadas em conta, e o secretário o fará, porque é um homem inteligente. Eu já ouvi sobre as câmeras que vão acompanhar a fiscalização, isso vai dirimir todas as dúvidas. Inclusive, com todo o respeito que eu tenho, uma senhora aí fez um vídeo num desespero danado durante a fiscalização. Se o fiscal estiver com a câmera, não há necessidade disso, não precisa requisitar as câmeras nem do estabelecimento e nem dos

arredores, porque o fiscal a terá junto. Então, Sras. e Srs. Vereadores, eu acho que esta tarde foi uma tarde importante para a cidade de Porto Alegre. Todos estamos imbuídos no sentido de proteger a população, mas de respeitar quem tem a obrigação de fiscalizar. Nós temos que registrar aqui, todos queremos proteger a população, eles merecem, a população merece receber o serviço e a qualidade para preservar a saúde. Mas para isso nós temos que ter um respeito por quem tem a obrigação de fiscalizar. Eu acho que isso ficou claro aqui nesta tarde. Secretário Ritter, primeiro, muito obrigado por estar pronto e vir lá no outro dia já. Convite ou convocação para V. Exa. é a mesma coisa. Mesma coisa. O senhor sempre está aqui para esclarecer, não é para explicar, é para esclarecer. E hoje ficou bem esclarecido aqui que a cidade de Porto Alegre, desde o seu prefeito até o seu servidor público que cuida da área, estão juntos no sentido de preservar a saúde e respeitar quem tem a obrigação de fiscalizar. Obrigado.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Cecchim. Temos alguns inscritos em liderança que gostariam de falar sobre o assunto. Então aqueles vereadores e bancadas que quiserem falar sobre o assunto, nós priorizaríamos as lideranças aqui. Também nós temos algumas outras lideranças que não vão se ater a este tema. Então concluiríamos a primeira etapa daqueles que vão se manifestar em liderança a respeito do assunto, dentro do tema, e, na sequência, então, ouvimos as considerações do secretário, dos representantes do governo, encerramos o comparecimento ao final, e, então, as lideranças que tiverem outras pautas ficariam em segundo. Está *ok*? Pode ser assim?

O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Boa tarde, boa tarde, colegas vereadores, Presidente, secretário de saúde. É muito curioso, a gente

estar vindo aqui hoje representando a liderança de oposição ao governo e a gente fazer justamente uma defesa aos trabalhadores, aos servidores da saúde pública do nosso Município, que é algo que é muito importante de a gente fazer. Eu preciso conversar aqui com os vereadores que são da situação, vereadores que se colocam como da direita. A gente está correndo um risco, a gente está correndo um risco muito grande de enfraquecer um serviço muito importante para Porto Alegre, e a gente precisa ter consciência disso. O serviço de vigilância em saúde, sobretudo a parte que faz a vigilância dos alimentos, é um serviço extremamente importante para Porto Alegre. Que ele previne diversas doenças e diversos problemas de saúde. Vamos lá, gente, existe um processo de anos já de sucateamento desse serviço, onde a gente tem tido uma diminuição do número de servidores. Quero trazer aqui uns dados que são importantes. Hoje, nós temos, em princípio, apenas sete trabalhadores, sete servidores – gente, sete servidores! – para olhar todos os estabelecimentos de Porto Alegre. Quem está nos assistindo em casa, imagine, sete pessoas para vigiar tudo, não tem como! Inclusive por conta disso que apenas se consegue fazer o serviço de vigilância a partir de denúncias, mas, gente, precisaria muito mais do que estar lá olhando só quando a gente tiver uma denúncia. A gente tem que ter um trabalho de conscientização, um trabalho permanente de vigilância com relação a esses quesitos. É fundamental que a gente defenda novos concursos públicos. Vamos lá, o último concurso público que ocorreu em Porto Alegre para contratação de trabalhadores para vigilância foi em 2008 – 2008, gente! –, e a última chamada foi em 2012. Desde 2012 nós não temos nenhuma ampliação do número de servidores para estar dentro dessa área, isso não tem como funcionar, e ela faz um serviço que a gente está vendo aí os resultados, é muito bom que a gente esteja descobrindo estabelecimentos que têm problemas, isso é ótimo para Porto Alegre, isso é bom para a população, a gente garante uma saúde melhor, e isso é bom também para a gente ter uma evolução dos nossos estabelecimentos. As pessoas vão dizer: “Olha, mas isso vai fechar os estabelecimentos”. Gente, a gente está qualificando os estabelecimentos de Porto Alegre, a gente está fazendo com que nós tenhamos aqui a mesma

qualidade de níveis europeus, de São Paulo, de Rio de Janeiro; hoje, Porto Alegre está atrás, e é óbvio que não vai vir turista querer comer aqui se a gente tem uma qualidade ruim. Através da vigilância, a gente melhora a qualidade, e a gente melhora também as questões de saúde. A Anvisa diz que seriam necessários em torno de 140 profissionais para a gente ter o adequado atendimento à população de Porto Alegre, a gente tem 7; era para ter 140, a gente tem 7! Isso é muito pouco. O que eu queria trazer aqui de fundamental, hoje, gente, é que essa manobra que está sendo feita pela direita para proteger alguns estabelecimentos... E aqui, gente, se teve problema em alguma fiscalização, vamos atrás, estou com vocês, vamos olhar para ver o que está acontecendo, se teve problema, vamos confirmar, vamos olhar o que aconteceu, está tudo bem, mas não vamos enfraquecer a vigilância em saúde, a Vigilância Sanitária, não dá para permitir que isso aconteça, é um serviço fundamental, é uma irresponsabilidade o que está sendo feito aqui de querer colocar em jogo esse serviço. Jessé, é importante isso, a gente tem que fazer a defesa desse serviço, é muito importante, a gente tem poucas pessoas trabalhando para uma necessidade gigantesca.

Então, o que eu quero aqui, secretário, é pedir que a gente volte a ter um fortalecimento da vigilância, que a gente faça treinamento dos trabalhadores, para a gente qualificar esse serviço. Eu não sou contrário à colocação de câmeras, acho que é algo que pode proteger tanto os estabelecimentos como os servidores. Sei que os servidores também são atacados, muitas vezes, quando vão fazer esse tipo de serviço, são agredidos verbalmente, são maltratados pelas pessoas. Então é bom também para quem está trabalhando para poder ter essa segurança melhor. E a gente quer também novos concursos públicos, para aumentar o número de servidores, para que a gente possa fazer mais do que só um trabalho reativo, mas que a gente possa fazer um trabalho também de prevenção, para melhoria desses quadros. Ou seja, tem muita coisa para a gente fazer aqui. Eu estou feliz que a gente teve um aumento do número de denúncias, isso significa que o canal 156 tem funcionado bem, e é importante a população saber que existe um canal para a gente fazer esse tipo de denúncia,

o canal 156, e a gente quer, na verdade, uma melhoria do serviço de vigilância. Tenho certeza de que a gente pode conseguir isso, mas a gente precisa, aí sim, ter direita e esquerda junto nesse processo, e não ficar olhando apenas para um ou outro estabelecimento, mas para a sociedade como um todo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Alexandre Bublitz.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Bom, infelizmente, cinco minutos é pouco tempo para falar aqui, vou tentar ser breve. Algumas anotações para não esquecer. Primeiro, ninguém está questionando a fiscalização do ponto de vista da necessidade dela. Eu quero que alguém aqui fale um vídeo, um recorte de três segundos falando: não tinha que fiscalizar. Mas a esquerda vem aqui e mente. Mas estranhamente, hoje a esquerda está protegendo o secretário e protegendo a Secretaria, sendo que, na verdade, pelo que eu sei até agora, eles não fazem parte do governo. Então, parece estranho que esteja aqui, agora, a esquerda defendendo a Secretaria que eles criticam em tudo, ou talvez não critiquem tanto e, na verdade, só apareça que criticam. Não, não quero. Até, inclusive, essa outra *fake news* que está ocorrendo aqui. Está ocorrendo a *fake news* que o PL quer derrubar o secretário. Ninguém falou isso. Mas algumas pessoas colocam a sementinha para provocar discórdia, dividir quem fez esse governo chegar onde está. Só para lembrar vocês, a vice-prefeita, no caso da Betina, é do PL, porque nós a apoiamos e apoiamos o Melo. Só que apoiar o governo não significa subserviência. Nós temos o dever de fiscalizar e é uma reclamação já de muito tempo que algumas atuações por parte da Vigilância Sanitária tendem a ser abusivas. E o secretário sabe, já procurei ele em outros momentos, trouxe reclamações e não é por acaso que, três anos atrás, eu fiz o projeto de lei que obriga a colocação de câmeras de vigilância nos agentes fiscais da Vigilância Sanitária. Até parecia algo pessoal a uma pessoa ou outra,

não é; é porque são muitas reclamações, não é um caso ou outro, são muitas reclamações. É só perguntar aqui para vocês, colegas, se não tem outros casos de outras pessoas que não apareceram na mídia, pessoas que tu vês, pela natureza da fala, que estão se sentindo indignadas, abusadas, violadas por um fiscal que chegou lá: (vereador bate forte na mesa e provoca som.) “Isso aqui é um absurdo, tem que fechar tudo, eu tenho poder de polícia...” Não aconteceu isso? Nunca chegou isso no teu ouvido, secretário? Se não chegou, estão blindando o senhor, estão tentando fazer parecer que está tudo bem e as pessoas ou são todas mentirosas ou estão blindando a informação para não chegar até o senhor. E daí eu propus, e tanto a Secretaria, ou pelo menos a vigilância era contra, pelo menos algumas pessoas eram contra à transparência, que eu tive que dar R$ 700 mil para a emenda, não para comprar câmera de vigilância para a Vigilância Sanitária, eu tive que comprar para toda a Guarda para eu pedir: “Por favor, secretário Aragon, por favor, dê algumas dessas para a Vigilância Sanitária.” Tu achas que eu queria gastar R$ 700 mil reais com câmera? Óbvio que não! Eu queria gastar os R$ 160 mil que foram gastos, mas tive que gastar num acordo para que algumas fossem dadas para a Vigilância Sanitária, porque tinha um corporativismo querendo que não tivesse. E até tem um pessoal da vigilância que foi no meu gabinete um dia, mas nunca aconteceu de ter abuso, nunca chegou até nós o relato de abuso dos nossos servidores. Daí eu te pergunto, a pessoa que está sendo devastada pela fiscalização, ela vai falar para o cara que está devastando ela, que naquele momento ela está errada? É óbvio que não. Já aconteceram casos e relatos do cara pegar, percebendo que estava sendo filmado e fazer exatamente assim: (Vereador gestualiza como se estivesse gravando uma *live*.) “Ó, olha só, é um absurdo estarem aqui fiscalizando aqui, isso aqui não está errado, eu tenho a nota fiscal, eu quero poder fazer prova de que eu não estou errado”. Daí o que acontece? O outro cara começa a encontrar coisa que não é crime. Como aconteceu, por exemplo, na última ocasião, segundo relatos das pessoas fiscalizadas, foram solicitadas coisas que não estavam teoricamente erradas, do ponto de vista do que deveria garantir a segurança alimentar das pessoas.

Ninguém aqui é contra fiscalizar, ninguém aqui é contra fazer com que o que está errado pague. Aquela foto que foi utilizada por alguns dos colegas aqui para demonstrar o absurdo, não é das pessoas que foram nas redes sociais reclamar do que aconteceu, não foi a Casa Vivá, não foi a Usina das Massas, foi um outro estabelecimento, que até a esquerda frequenta muito, que estava daquele jeito. E daí eles estão condenando as pessoas que empreendem e que de fato cuidam, para fazer parecer que é aquilo lá. Por que não pegou e colocou o empresário que estava com aquela carne lá toda podre, com o negócio errado mesmo? E, tenho certeza, a Vigilância Sanitária não vai fechar os olhos para isso. Agora, truculência? Falar: “Eu sou polícia, eu tenho poder de polícia, eu posso fiscalizar, tu não tens direito de falar o que tu estás falando”, é errado! E, agora, se os vereadores da base que ajudaram a eleger o governo, ao constatarem uma descortesia com a gente, as pessoas que foram fiscalizadas, que estão dando a cara a tapa para dizer que: “Olha, isso aqui, pelo menos, eu acredito que foi abusivo”, e a gente vai fechar os ouvidos e vai fazer que nem aconteceu hoje com o secretário na Gaúcha? Falar que, se colocar à disposição 100% dos fiscais e falar que todo mundo: “Ah, o cara que está sendo fiscalizado, às vezes, não entende que ele tá sendo...” Cara, quer dizer que ninguém, nenhum servidor público, e todos nós aqui, em algum momento, como vereadores, somos servidores públicos, nenhum servidor, em nenhum momento, nunca errou? Certos são só as pessoas que estão fiscalizando?

Então, na verdade, eu tenho os questionamentos...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir, vereador.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Sim, pelo menos 30 segundos para completar, como outros vereadores ficaram. Então, quer dizer que nunca nenhum servidor da Vigilância Sanitária errou? E todas as denúncias que chegaram dos fiscalizados são mentira? Não quero acreditar na má-fé das pessoas que ajudam a empreender e sustentar a máquina, porque aqui ninguém

produz um centavo. Todos nós vivemos do dinheiro dos impostos que essas pessoas que produzem acabam pagando através da extorsão estatal. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jessé.

O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Boa tarde, senhores, boa tarde, senhoras, cumprimento aqui o Presidente Márcio Bins Ely, o secretário Ritter, o secretário André Coronel e a Aline, da Vigilância Sanitária. Muito bem. É certo aqui que ninguém de nós é contra a segurança alimentar. Isso é fato, não é mesmo? Diante de tudo que nós temos visto na imprensa, nas redes sociais, nos vídeos que estão correndo por aí, com certeza teve excessos, teve exageros, e a fiscalização está fazendo a sua parte.

O que eu quero trazer aqui para reflexão: se verdadeiramente… Fazer uma apuração da parte do Executivo, uma apuração se, por um acaso, houve exagero da parte da fiscalização, para ser corrigido, eu acho isso importante. E aquele restaurante, se, por um acaso, está irregular, tem que agir com o rigor da lei, e pronto - isso é fato. Agora, o mais importante, eu acho, é a parte da fiscalização, nós sabemos que são poucos, são muito poucos fiscais na nossa cidade. Agora, colocando as câmeras, eu tenho certeza que vai ajudar muito, para tirar esse diz que me diz aí. As câmeras vão ser essenciais e fundamentais. Quero fazer aqui, para o nosso Ver. Luky… Levanta a mão aí, Luky. O Luky está assumindo hoje, eu vou fazer, secretário, uma pergunta por ele. Eu vou fazer uma pergunta para ele agora, Ver. Cecchim. Então, secretário, uma pergunta do Ver. Luky, vou fazer por ele: Como a Secretaria da Saúde está garantindo que as fiscalizações da Vigilância Sanitária cheguem de forma equitativa aos bairros da periferia, onde os moradores também enfrentam riscos sanitários? Quais ações estão sendo tomadas para garantir que os estabelecimentos dessas comunidades, como a grande Cruzeiro, o Extremo-Sul, o Sarandi, entre outros,

estejam com as normas da saúde em dia? Existe algum detalhamento, por parte da secretaria, em relação ao número de ações de fiscalização por bairro? Então, essas são as perguntas do Ver. Luky. Obrigado a todos, um abraço e que Deus continue nos abençoando.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. José Freitas.

A Ver.ª Natasha Ferreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa tarde, quero saudar aqui rapidamente o Presidente Márcio Bins Ely, também o secretário Fernando Ritter, a diretora de vigilância em saúde, Aline - inclusive, a base do governo não sabe o teu nome, eu fiquei notando que quase ninguém sabia saudar a Aline, ela é diretora de vigilância em saúde -, e também o secretário André Coronel, que está sempre aqui conosco.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Ali tem as imagens que já passaram, que outros vereadores já tinham aqui de fato colocado, e quero me ater a uns temas importantes aqui. Secretário, primeiramente, obrigada por ter aceitado o convite da Casa e vir aqui escutar tanta asneira da extrema direita, de um setor que se revolta com o poder público, sendo que eles deveriam incentivar a fiscalização. E essa fiscalização só incomodou alguns da extrema direita, porque pegou em bairros da elite da cidade de Porto Alegre. Porque, enquanto as fiscalizações estavam na Cidade Baixa, no Centro, estavam neste setor, nunca se incomodaram. Mas alguns amigos devem ter mandado WhatsApp, e, como na Vigilância Sanitária são concursados, não são CCs, que eles podem mandar, aí eles resolveram agora fazer uma caça às bruxas. E, sim, tem nome o que o PL está fazendo com o secretário e com a Vigilância Sanitária:

isso é terrorismo. Porque os vídeos que eles fazem nas redes falando que a Vigilância Sanitária não pode... Aliás, antes teve uma vereadora que disse: “mas o estabelecimento precisa saber o que ele tem que cumprir”. Se abriu o estabelecimento, já tem as normas, tem o alvará de saúde. Se não está cumprindo, tem que ser autuado, tem que ser de fato fechado. Nós temos acordo que a Vigilância Sanitária deve ser independente, e ela não tem poder de polícia como eles falam aqui. Existe o poder de polícia penal e existe o poder de polícia administrativa. Vocês sequer estudaram o que vocês vieram aqui de fato defender. Não sabem a diferença, é bizarro, é vergonhoso. E, sim, a base do governo aqui tem, digamos, um racha na base, porque a extrema direita está rifando o trabalho do senhor nas redes sociais. E nós estamos aqui defendendo a Vigilância Sanitária, secretário, porque a Lei n° 7.822, de 1996, sancionada pelo ex-prefeito Tarso Genro, do PT, da Frente Popular, foi quem municipalizou a Vigilância Sanitária. Nós temos autoridade política para dizer que a Vigilância Sanitária deve cumprir o seu serviço sem ser coagida pela Câmara Municipal de Vereadores.

E vou além, tem um projeto - e eu lamento, secretário André Coronel -, se o prefeito Melo topar, eu sou contra a Vigilância Sanitária usar câmera, sou contra, porque não há razão para que usem câmeras. Todos os vídeos feitos pelos empresários… E, aliás, vejam o discurso deles aqui: “um empresário disse que não estava estragado”. Mas é óbvio que ele vai falar isso. Nenhum empresário vai dizer: “eu estava com queijo podre, eu tinha um porco em cima, não sei o quê, eu estou com uma faca que é puro tétano” Aliás, se pacientes oncológicos pegam qualquer tipo de doença desses alimentos, eles vão a óbito. A extrema direita não está nem aí para isso? Crianças com diarreia podem morrer. Os defensores de crianças aqui nem falaram sobre isso, porque eles não entendem saúde pública, eles são contra a Vigilância Sanitária. Essa é a verdade, secretário. Quero dizer que nós, da bancada do PT, somos solidários ao trabalho da vigilância. Inclusive, tem uma moção do líder da oposição, Jonas Reis, aos trabalhadores da vigilância. Ano que vem a vigilância faz 30 anos, nós precisamos homenagear, nós precisamos homenagear a nossa Vigilância

Sanitária, fazer com que tenha mais concurso público, que recebam melhor, que tenham melhor estrutura e não tenham câmera para serem cerceados por eles, que são defensores da liberdade de expressão. Eles vivem evocando isso aqui: “Mas e a liberdade de expressão?”. E os pagadores de impostos não têm direito de saber qual restaurante está oferecendo comida estragada? Ou é porque é no Moinhos de Vento que não pode agora? Porque eu só vi a “bancada Salmonella” fazer bafão nas redes quando bateu no Moinhos de Vento; antes do Moinhos de Vento eles não falavam nada, absolutamente nada. Essa é a extrema direita, é completamente teatral, teatral. E algum interesse, Ver. Cecchim, algum interesse tem em atacar a vigilância e o secretário Fernando Ritter. Não se enganem. Nós sabemos muito bem o que eles estão operando, boa parte da extrema direita, é a derrubada de um dos poucos secretários que tem um serviço e um trabalho sério e, principalmente, que está aqui hoje de forma honrada, respondendo esses questionamentos. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.ª Natasha.

Vereador Coronel Ustra (PL): Presidente, questão de ordem. A vereadora citou o meu partido, que eu estou liderando agora aqui na Câmara, que teria sido vinculado a um vídeo. Nós queríamos saber que vídeo é esse e contra quem foi. Então, a vereadora deveria esclarecer. Não tem como levar a sério uma vereadora que usa a bandeira do Brasil, vermelha, do tamanho de um pires, no peito. Está certo? Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Ustra.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, meus colegas vereadores e vereadoras, eu já havia feito anteriormente os

cumprimentos às representações do governo, então quero ir direto ao ponto e em diálogo direto contigo, secretário Fernando Ritter, se os meus colegas Jonas Reis e Marcos Felipi permitirem. Secretário, quero produzir um diálogo direto com o senhor. Em primeiro lugar, porque o que me move subir nesta tribuna não é nenhuma espécie de elogio particular ao senhor, tampouco ao governo a que faço oposição desde que cheguei nesta Casa. Tenho contigo uma relação de respeito e reconhecimento ao teu trabalho, mas o que tenho aqui a dizer é uma manifestação em defesa da Vigilância Sanitária, que é uma instituição de estado, uma defesa das funções públicas de uma instituição de estado, defesa do trabalho de servidores e servidoras. É importante que se diferencie. Aqui não se trata, Ver.ª Jane, que vejo no plenário, não se trata de um apoio ao governo e sim a defesa de uma instituição pública como a Vigilância Sanitária. Em segundo lugar, ficou muito nítido, e a vereadora Natasha trouxe isso de forma muito nítida à tribuna, não se trata de preocupação com arbitrariedades na fiscalização do Município. O problema é para parte de vereadores desta Casa que a fiscalização chegou no Moinhos de Vento, que a fiscalização chegou em bairros nobres, E eu preciso dizer a uma colega minha que se manifestou aqui que vender comida estragada é crime, é crime! Vejam bem, saúde pública como interesse público e coletivo faz bem a esta Casa, Ver. Alexandre Bublitz; agora tornar a saúde objeto do interesse político rebaixado, medíocre, não faz bem. Eu me preocupo quando a política se transforma em instrumento da defesa de interesses privados, de poucos empresários; preocupa-me a hipótese de que o que debatemos aqui, ao longo da tarde inteira, esteja menos preocupado com a vida das pessoas e mais com chantagem da extrema direita, isso me preocupa. E vejam bem, fiscalização queremos todos e todas nós, que elas tenham transparência e por essa razão não sou contra o uso de câmeras, como disse o Ver. Alexandre. O que me surpreende é que hoje defende câmeras para vigilância parte da extrema direita, que era contra o uso de câmeras para as forças de segurança. Entendo que a fiscalização deve acontecer com critérios públicos, com controle público, mas com respeito e valorização aos servidores e servidoras do município de Porto Alegre. Esse é um tema importante que nós precisamos nos dedicar. Mas vejam

bem, por vezes aqui nós falamos mais dos empresários e menos da saúde e da vida das pessoas. Há quem esteja mais preocupado com determinado empresário e empresária do que se as pessoas estão comendo cocô de rato na nossa cidade. E é por isso que eu quero fazer perguntas ao secretário. A primeira delas: Como está a ocupação de cargos na Vigilância Sanitária do Município? Melhor dizendo, secretário, qual é o número de cargos vagos, hoje, na Vigilância Sanitária do Município? Isso eu gostaria de saber. Eu gostaria de saber também como a Prefeitura, com mais detalhes, se relaciona com esse processo de fiscalização em estabelecimentos de baixo risco e se há algum tipo de relação, da forma como a Prefeitura executa essa fiscalização com a lei de liberdade econômica. Eu gostaria de saber se há relação ou não. Acima de tudo, eu entendo que nós precisamos, num momento sério como esse, não confundir o debate. Não sou contra a iniciativa privada nessa cidade, agora o que eu não aceito são as chantagens da extrema direita, que quer submeter o interesse coletivo aos interesses do lucro de poucos empresários da cidade. Isso que nós não podemos aceitar. E para enfrentar e não cair nessa chantagem, quero me dirigir aos agentes de fiscalização que acompanham o debate: nós precisamos recuperar as funções públicas dos agentes de fiscalização no Município e garantir o preenchimento dos cargos hoje desocupados no Município de Porto Alegre. Viva a Vigilância Sanitária, viva o SUS e viva a saúde em primeiro lugar, não o interesse privado de poucos. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Culau.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde. Espero não usar os cinco minutos. Quero agradecer aqui a oportunidade dos meus líderes, vereadores Gilson Padeiro e Marcelo Bernardi, que me permitem usar esse tempo da liderança da bancada. Nós, do PSDB, ouvimos atentamente o

cansativo discurso da tarde de hoje, e já são quase 17h, e gostaríamos de deixar muito claro: somos integrantes da base do governo municipal. Por que a gente começa essa fala dizendo que somos integrantes da base do governo? Porque nós ficamos aqui de novo reféns de uma polarização que cansa, que na verdade todos os assuntos vão para o mesmo lado, para a polarização. O assunto em tela, secretário Fernando Ritter, secretário André Coronel, secretários da vigilância que nos acompanham, é um assunto de saúde pública, é um assunto importante. E o PSDB se manifesta de uma maneira muito tranquila, que o nosso posicionamento, secretário Fernando Ritter, em primeiro lugar é que os vereadores, eles, talvez parte deles, não tenham tido até hoje a atenção que deveriam com o caso da necessidade de termos estruturas melhores na inspeção, na fiscalização e na vigilância, seja através de equipamentos, seja através... Então eu quero utilizar, em nome do PSDB, esse espaço e assumindo um compromisso, discutido na bancada, que nós vamos, a bancada do PSDB, encontrar formas de, através de emendas impositivas, ajudar diretamente a fiscalização da Vigilância Sanitária. É um compromisso público que nós temos, e nós confiamos plenamente no trabalho da Secretaria da Saúde, nós confiamos plenamente que se, porventura, tiver acontecido um excesso, será detectado pela própria Secretaria da Saúde, através dos canais competentes, através do trabalho competente que V. Exa. vem fazendo perante a Secretaria da Saúde, se houve algum excesso pode acontecer. Os vereadores aqui, nós cometemos excessos, nós cometemos erros. Gente, ou alguém aqui não entendeu que o poder público é feito de seres humanos e os seres humanos são falhos. O que não pode é comprometer o trabalho importante de fiscalização da Vigilância Sanitária.

Eu ouvi alguns vereadores falarem sobre um selo que, inclusive o Ver. Idenir Cecchim falou num programa de rádio sobre algumas missões fora daqui secretário, muito importantes, de termos selos de elogio àqueles que cumprem, àqueles que passaram pela Vigilância Sanitária e tiveram estrelinha. Tentar encontrar uma forma de avisar a população: este estabelecimento cumpriu todas as normas de vigilância. Porque é mais importante elogiar os que cumprem do

que ficar falando dos que não cumprem, existem punições para os que não cumprem.

Então, em nome aqui da bancada do PSDB, já agradeci o espaço, o PSDB é base do governo e reconhece o trabalho da Vigilância Sanitária, reconhece o trabalho da Secretaria da Saúde e queremos dizer sim, queremos uma vigilância cada vez mais competente, mais atuante. E se nós, vereadores, temos aqui como destinar orçamento para isso, é isso que nós devemos fazer. Parabéns, e acreditamos completamente na competência da secretaria para avaliar alguns pontos que podem estar errados e elogiar os servidores que estavam certos. Obrigado, secretário.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Moisés, que falou em tempo de liderança pelo PSDB.

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Boa tarde, senhoras e senhores, quero cumprimentar aqui o Presidente dessa sessão, o Ver. Márcio Bins Ely, o secretário André Coronel, o secretário Fernando Ritter, também a Aline da vigilância. A gente tem acompanhado nos últimos dias essa série de notícias à atuação da vigilância em saúde em estabelecimentos da nossa cidade. É importante esclarecer desde já que todas as informações sobre nomes de locais fiscalizados e que foram interditados não foram divulgados pela Prefeitura. Primeiro ponto é isso aí.

A atuação da Prefeitura por meio da vigilância tem sido conduzida com responsabilidade e rigor técnico. O objetivo aqui não é expor nomes ou gerar sensacionalismo, mas sim proteger a saúde pública e agir de acordo com os critérios legais sanitários. E cada ação nasce a partir das denúncias registradas do 156 ou de notificações compulsórias da área da saúde, quando duas ou mais pessoas apresentam sintomas semelhantes após o consumo de

alimentos, conforme mencionou o secretário. Ou seja, não se trata de arbitrariedade, mas de resposta a fatos concretos.

É preciso ressaltar que nem todas as denúncias resultam em penalidades. Só neste ano, já foram recebidas mais de 1.300 denúncias, número superior a todo ano passado. A imensa maioria das fiscalizações não gera interdição. Sabemos que muitas vezes a cobertura da imprensa, embora importante, pode passar a impressão de que há uma caça aos estabelecimentos, quando na verdade é um trabalho técnico, silencioso e contínuo que visa preservar a vida.

Eu creio firmemente que a Prefeitura não tem interesse em prejudicar empreendedores, mas em garantir que alimentos e serviços sejam oferecidos em condições seguras à população. Aliás, quem se estabelece tem que se preparar para fazer o trabalho bem feito, principalmente de acordo com as regras e com as leis.

Por fim, é importante dizer que todo estabelecimento interditado tem também o direito de corrigir as suas falhas, as suas irregularidades e reabrir, além do direito à ampla defesa em processo administrativo. Não se trata de punição definitiva, mas de um processo corretivo e educativo. Portanto, faço aqui a defesa da quantidade rigorosa das apurações pela vigilância, com transparência, técnica, mas também, acima de tudo, com muito respeito. Ao mesmo tempo, faço um apelo para que possamos compreender que a Prefeitura tem cumprido seu papel, muitas vezes de forma mais responsável do que a forma como estes fatos têm sido noticiados. E, repito, quem se estabelece tem que saber as regras e cumpri-las. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Hamilton, que falou em liderança pelo Pode.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente, meus caros colegas, secretário Fernando Ritter, secretário Coronel, também a representante aqui da nossa Vigilância Sanitária, muito especialmente minha colega Tina Noronha, que assume hoje a vereança. Coisa boa poder compartilhar desta bancada contigo. Já vou fazer, inclusive, um pedido para o Tiago, para que ele fique mais tempo... (Risos.) e que a gente possa aqui desfrutar de toda a sua inteligência e competência neste Parlamento, que certamente contribui.

Meus caros, a carta de Declaração de Dependência dos Estados Unidos e, depois, a Constituição americana, ela trouxe uma série de requisitos ali, normativas até então inéditas para a sociedade, e muito especialmente baseadas no resguardo da liberdade. A liberdade que foi proclamada pelos pais fundadores dos Estados Unidos, ela não era uma liberdade pura e simples para gozarmos dela entre nós, entre os cidadãos, mas, sim, para que nós pudéssemos ter um mínimo de salvaguarda contra os governos, contra o agente estatal, contra a tirania que muitas vezes se vê dentro da máquina pública. A própria Constituição americana, depois, quando deu a salvaguarda, a possibilidade do cidadão americano, por exemplo, portar armas, não era com intuito, a intenção de que se matassem uns aos outros. Não. Era justamente para que a sociedade não ficasse à mercê e completamente de joelhos contra o aparato estatal que pode, por horas, ser bom, positivo, trabalhar em prol da sociedade, mas também pode, em outros momentos, trabalhar contra a sociedade e inclusive estabelecer a tirania. Trazendo esse conjunto de princípios para o que nós estamos discutindo aqui é fundamental que se diga que, quando nós defendemos a transparência, transparência de ações, essa transparência é para o governo e não para o cidadão. O cidadão na relação entre pessoa e Estado, o cidadão é o elo mais fraco dessa corrente, o cidadão é o indefeso, o Estado é o “todo poderoso”, o Estado é o elo forte dessa relação. E se impõem legislações, e as mais variadas delas, transparência das ações, há o Estado para controlá-lo e não para, de alguma forma, o Estado usar dessa transparência contra o cidadão, contra o pagador de imposto. Da mesma forma, a liberdade de opinião, a liberdade de expressão, a liberdade de opinião e de expressão existem

não para proteger o Estado, aí é o contrário, ela existe para proteger o cidadão contra o Estado – contra o Estado –, porque o cidadão tem que ter a liberdade e a possibilidade de falar o que pensa contra o elo forte dessa corrente que é justamente o aparato estatal. As ações de proteção do cidadão, Fernando Ritter, são necessárias, ninguém aqui é contra a fiscalização da Vigilância Sanitária. Ninguém subiu nesta tribuna para dizer: “Parem de fiscalizar!”, não, não. Eu, pelo menos, não, eu quero que as ações de fiscalização continuem, são importantes a todos – a todos –, porque diferentemente dos meus colegas aqui de esquerda, eu não tenho preconceito com relação a bairros, eu acho que pode ter fiscalização no Moinhos de Vento, assim como eu acho que deve ter fiscalização, por exemplo, na cozinha solidária, dentro do prédio invadido do INSS, pelo MTST, onde lá se distribuem marmitas. Será que não tem uma salmonela naquelas quentinhas? Será que tem ali tudo protegido dentro de potinhos? Será que as carnes, o guisado que o MTST serve para crianças dentro de um prédio público invadido, será que estão de acordo com as regras da Vigilância Sanitária? Essa proteção está sendo feita, está sendo dada à população? O que nós não podemos e não queremos que aconteça são assassinatos de CNPJs. O projeto de lei que nós protocolamos, secretário Fernando Ritter, é justamente para impedir a divulgação de processos e de imagens antes da conclusão desse processo administrativo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Concluindo, vereador.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Vou concluir. Da mesma forma que o servidor público – e, antes, aqui estava o Ezequiel, do Simpa –, da mesma forma que o servidor público tem, no seu processo administrativo, quando há alguma denúncia contra ele, o total e absoluto sigilo, sendo que ele é responsável, o representante do elo forte da relação. Por que o empreendedor, que é quem paga a conta, que não tem estabilidade, que não tem salário garantido, que depende do seu negócio para sobreviver, que não tem

penduricalho, que não tem absolutamente nada além do trabalho, não pode ser resguardado? Era o que constava. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Ramiro Rosário. A Ver.ª Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente em exercício, Márcio Bins Ely, secretário Ritter, secretário André Coronel, Aline, da Vigilância Sanitária, colegas vereadoras e vereadores; queria reforçar, de início aqui, a fala do meu colega, Ver. Hamilton, com relação aos estabelecimentos, aos nomes dos estabelecimentos. É importante a gente dizer que a Vigilância Sanitária não faz essa divulgação; isso foi através das mídias, através das redes sociais que foi divulgado. Então, isso é importante. Tem o projeto do Ver. Ramiro, que acabou de falar aqui também, com relação à não divulgação, que eu vou assinar junto com o vereador, porque eu acho que é importante que não sejam divulgados os nomes dos estabelecimentos até que a gente tenha consolidada a decisão final desses trâmites. Eu acho que isso é importante, mas precisa ficar claro que a Vigilância Sanitária cumpre o seu papel e não coloca nomes na mídia; quem coloca é a própria mídia. Então, isso é importante que seja dito. Nesse caso mais recente, não houve interdição do local, por isso não houve também a fala com relação a isso. Três denúncias… Foram realizadas após três denúncias que foram feitas no mesmo estabelecimento. E foi a imprensa, através do próprio estabelecimento, que fez a divulgação. Isso é importante que seja dito.

Acho que é muito importante a questão das câmeras corporais, e o Ver. Jessé fez a destinação dessa emenda. O prefeito chamou, no dia 25, na própria segunda-feira, orientando o andamento do processo para a aquisição dessas câmeras, que eu acho que protegem inclusive a Vigilância Sanitária, trazem transparência às ações e protegem o profissional, o servidor. Isso é muito

importante também, mas eu acho que a gente precisaria discutir mais a fundo a questão da Vigilância Sanitária.

Nós temos hoje fatos pontuais que trazem vocês até aqui, mas a gente tinha que estar falando aqui era de quantidade de profissionais, que são mínimos. Hoje nós temos sete agentes da Vigilância Sanitária fazendo a fiscalização de uma cidade gigante, com todos os estabelecimentos relativos a alimentos, sete pessoas trabalhando. Trinta fiscais no máximo dentro da Vigilância Sanitária para fazer esse atendimento. Eu tenho estabelecimentos que estão esperando há dois, três meses para receber a Vigilância, para serem liberados e poder trabalhar, mas não conseguem fazer isso porque a Vigilância tem poucas pessoas trabalhando.

Então, eu acho que é muito importante nós trazermos essa pauta, já que a gente está falando da Vigilância Sanitária, que nós possamos trabalhar para termos mais servidores que possam atender às demandas da nossa cidade, porque realmente saúde é fundamental. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.ª Cláudia Araújo. O Ver. Marcos Felipi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Boa tarde a todos, subo aqui não como vice-líder do governo, mas, sim, como vereador desta cidade. Saúdo aqui o secretário Fernando Ritter, do qual fui colega na última gestão, secretário extremamente competente. E fico feliz em ver a oposição elogiando-o. Eu espero que ela continue elogiando pelas ações da Vigilância durante todo esse mandato e não só quando vereadores identificados com a direita ou da extrema direita forem contra as decisões da equipe da Vigilância. Também saúdo aqui a diretora Aline. Reforço também, como fui secretário, eu sei que é importante ter grupos de servidores em quantidade suficiente para atender às demandas que chegam para vocês. Mas, assim como fui secretário, eu sei que existem bons e maus servidores. E aqui ninguém está reclamando de

ter ou não Vigilância Sanitária. Ela tem que existir, tem que ser qualificada, mas, infelizmente, esse tema foi politizado, foi polarizado.

A Guarda Municipal, que também é feita apenas de servidores públicos, quando tem ações que implicam em conhecidos, em apoiadores de esquerda, a Guarda Municipal é racista, é homofóbica, ela tem que usar a câmera, mas a Vigilância Sanitária pode fazer o que quiser com quem quiser. Então, calma lá, né? Calma lá. Se a Guarda usa câmera, a Vigilância também tem que usar.

E um tema que, para mim, é muito importante é a questão da comunicação. Eu sei que um dos princípios da administração pública, está lá no art. 37 da nossa Constituição Federal, é a publicidade. Porém, hoje, com tudo que a gente vive, é uma linha tênue. Quando dizem que a Prefeitura não diz o nome do estabelecimento, a verdade é uma meia-verdade, porque ela publica ali a especialidade e o bairro daquele estabelecimento. E ela joga no tribunal da internet: “vai lá, procura”. É muito fácil. Aquele restaurante vende aquele tipo de comida naquele bairro.

E eu sei, porque eu conheço alguns donos desses restaurantes, cresci me alimentando em alguns deles, e demoraram 10, 15, 20 anos para construir a sua história e, em poucos minutos, a sua reputação é acabada. Aqui eles dizem: “...Os empresários que estão entregando comida estragada...”, esquecem de toda a história que esses empresários passaram, que por trás daquele CNPJ tem um CPF, tem uma família, tem garçom, tem cozinheiro. E aí é o seguinte: a gente tem que fazer também na rede social – e eu saúdo, porque a Saúde fez isso, postou que foram reabertos – teve restaurante que abriu dois dias depois; teve um que demorou um pouco mais, porque a gravidade era diferente, conseguiram se reabilitar. Mas um restaurante que ficou um dia fechado, no outro dia, quando ele abriu, não veio ninguém.

E aí não é justo, porque algum desses restaurantes têm, não um só, dois, três prêmios de melhor comida de Porto Alegre no seu ramo. O que eu quero que a gente pense aqui? A gente tem que mapear, secretário, de fato, esses servidores que não fazem um bom trabalho. Isso tem em qualquer lugar,

mas tem que ser mapeado. Não pode um servidor que está num dia ruim, que tem uma vontade política diferente da gestão, a sua decisão pessoal prejudicar a ação de todo o estabelecimento. E eu digo isso não só por aqueles que foram autuados, porque, quando esse tema tomou proporção, muitos que não foram fechados procuraram e comentaram como era feita a abordagem por alguns fiscais. Eles não chegaram a fechar, eles não foram expostos, mas, internamente, eles se sentiram coagidos. Então, secretário, posso dizer aqui: “Olha, eu tenho um conhecido, eu acompanho a história daquele restaurante, eu estou defendendo ele...”, talvez, mas eu tenho certeza de que alguns vereadores, se fosse algum restaurante que eles conhecem o dono, que sabem da história e que têm certeza de que confiam naquela pessoa que teve um abuso de jogar uma comida no chão, de destratar, de usar abuso de poder, eu tenho certeza de que teria um discurso um pouco diferente.

Então, que esse episódio sirva de aprendizado para aqueles restaurantes autuados, para os outros que não foram autuados, mas também que a gente tenha mais gente na Vigilância Sanitária, mais transparência nas abordagens e que, se puder, isso aconteça em outros lugares também. A gente sabe que tem os mercados. Eu já comprei alimento em um grande mercado, cheguei em casa e estava estragado e, muitas vezes, o rastreio acaba não pegando o mercado, porque a pessoa normatiza comer um alimento em casa e, bom, aí a culpa não é de ninguém. Aí, quando é o restaurante, que falou no posto de saúde, na UPA, ele acaba sendo atingido diretamente.

Então, fica aqui o meu ponto de atenção à comunicação. Eu acho que a gente tem que ter um cuidado em resguardar histórias de famílias, de empregos. Eu não quero viver em uma cidade em que pessoas construíram, com muito trabalho, a sua vida, o seu sustento, e passar naquele lugar e ver o que a gente vê, infelizmente, em alguns bairros, de: vende-se e aluga-se, pelo tribunal da internet. Então, dito isso, muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Marcos Felipi.

Concluímos, então, as intervenções do comparecimento e das lideranças que abordaram o tema e, de imediato, passo a palavra ao secretário para considerações finais.

SR. FERNANDO RITTER: Primeiro, queria dizer a todos que é com muita honra e orgulho que eu venho aqui nesta Casa, seja convidado, seja convocado. Esta é a Casa mais legítima, que traz todos os anseios dessa população aqui do Município de Porto Alegre. A gente precisa sempre ouvir, a gente sempre tem como melhorar os nossos processos. Nós nunca admitiremos falhas e erros sem fazer um processo de investigação. Nós temos uma conduta retilínea.

Nesse meu quinto ano como secretário, talvez entre os meus seis motivos de orgulho, um deles é de ser cidadão emérito desta cidade, dado por esta Casa, e ser secretário de Saúde deste Município por cinco anos, em dois momentos diferentes. Dentro desse processo, a gente aprendeu bastante, e eu aprendi muito com cada um dos vereadores que já passaram e com os vereadores que aqui estão.

É importante e fundamental dizer que nós jamais, nunca, vamos admitir qualquer excesso. Isso é contra a minha história, contra a história de todos os servidores que trabalham no Município de Porto Alegre e fazem o correto. Isso não quer dizer que a gente não tenha falhas. Eu fui diretor da Vigilância por três anos. A gente afastou pessoas das funções. A gente redirecionou as pessoas para funções que são mais adequadas para o seu perfil. A gente tem que lembrar que a pessoa está representando um CNPJ, chamado Prefeitura Municipal de Porto Alegre, não está representando o seu CPF. Nós, como agentes públicos – e eu sou servidor, eu sei –, temos que ser melhores do que todos os outros, porque a gente precisa ter equilíbrio emocional. A gente não pode, jamais, ter a capacidade de achar que são questões pessoais e revidar esse processo – isso a gente não quer. Por isso, eu digo aquilo que já disse antes: todos podem fazer tudo o que querem, desde que saibam justificar o porquê. Isso é de fundamental importância. Todas as nossas ações têm regras,

têm protocolos. As nossas ações da Vigilância, e eu acompanhei esse processo, nós reformulamos o *site*. Está lá, *checklists*, regras. Nós somos exemplo disso. Nós somos uma cidade que acredita na liberdade econômica, na possibilidade de cada empreendedor poder investir nesta cidade, que paga imposto e que gera emprego nesta cidade. Nós somos amigos do empreendedor, mas nós somos também amigos das pessoas que cuidam, e nós vamos estar sempre juntos de todos eles.

Quero dizer também que todos os processos que vêm através de denúncia – e eu queria aqui conclamar, conclamar todos os empreendedores, pessoas que tiverem – a gente criou uma ouvidoria. O SUS tem uma ouvidoria, a Prefeitura de Porto Alegre tem uma ouvidoria, para a gente corrigir. Eu não tenho coragem de dizer que a gente acerta em todas, eu não tenho, porque a gente erra, porque a gente é ser humano e a gente precisa claramente melhorar.

Eu preciso dar atenção para a equipe da Vigilância. Nesta semana, a gente trabalhou intensamente também, para a gente poder ouvir, escutar, redirecionar pessoas, afastar quem a gente entende que precisa ser afastado, para que a gente possa ter uma avaliação límpida e clara nesse processo. A gente precisa, obviamente, continuar de cabeça erguida e dizer o quanto a gente sente orgulho por trabalhar na Prefeitura de Porto Alegre. A gente precisa reforçar que os empreendedores de Porto Alegre fazem esta cidade ser o que ela é hoje. Mostra quanto essa cidade é orgulho, como eu disse anteriormente, por ser a capital mundial do churrasco e ter os melhores restaurantes do Brasil, mas também ter os melhores hospitais, ter os melhores serviços de saúde, que são monitorados, fiscalizados, organizados e que trazem melhorias para nós. Nós vamos apresentar aqui melhorias com relação ao alvará, reprogramar isso para a gente poder trabalhar. Serviços de baixa complexidade não têm por que fazer controle sistemático. A gente entende que tem estabelecimentos que precisam muito mais da nossa atenção. É óbvio que me interessa a gente poder ter mais trabalhadores, mas também me interessa ter tecnologia, ter câmeras no peito do trabalhador, para garantir a segurança de quem está sendo fiscalizado

e quem está fiscalizando. Isso vai ajudar, vai amenizar, vai diminuir, vai reduzir problemas? Vai!

E aí, Ver. Jessé Sangalli, através da sua emenda que foi dada este ano, de R$ 196 mil, eu só queria trazer aqui que está em processo a aquisição de quatro *dock stations*, 28 câmeras corporais, para utilização de agentes da Vigilância. O resultado final do processo licitatório foi publicado no DOPA no dia 21 de agosto, antes desses últimos fatos. A contratação está em elaboração pela editoria de contratos. É um processo demorado, a gente demorou para saber se a gente iria alugar, fazer comodato, se a gente iria comprar, como é que a gente iria armazenar, quem fica com a responsabilidade. Peço desculpas, mas, às vezes, a gente também tem dúvidas. Tomar decisão é uma das tarefas mais difíceis que a gente tem para fazer. Trabalhar, fazer gestão de pessoas é um desafio que eu sinto muito prazer, muito orgulho, tenho orgulho dos meus colegas que trabalham, mas eu sei que a gente erra, eu sei que a gente não pode tudo. Afinal de contas, a gente, na saúde, ela não tem preço, especialmente quando são nossos filhos, nossos pais, nossos amigos, ou pessoas que batem. E vocês estão lá no território, cada um de vocês, vereadores, vocês estão lá. E vocês têm que trazer. E eu não tenho nenhum problema com relação à dicotomia, porque isso está posto. Eu aprendi que, se eu não quisesse estar dentro desse processo e ouvir críticas para trabalhar como *feedback*, eu não estaria na posição em que eu estou há tanto tempo. Eu errei, mas eu também acertei bastante.

Por isso, eu queria dizer que a gente precisa melhorar, como o Ver. Ustra colocou. É óbvio que a gente, quando coloca no chão, é porque já foi visto que tem que ser eliminado. A gente não bota no chão porque a gente não quer. É importante a gente levar em consideração que pode sempre melhorar. A gente vai trabalhar para melhorar, de colocar em uma bancada, mas, às vezes, não tem espaço, às vezes não tem espaço. A gente bota em caixas, a gente bota em cima de sacos, a gente bota em situações como essa.

Quero dizer também que o papel do fiscal talvez seja a figura mais ingrata que a gente possa ter. Vigiar e punir é uma tarefa difícil, Ver. Jessé

Sangalli, e essas pessoas são colocadas à prova até o limite. E a gente tem que dar cuidado. Isso me mostrou, nesses últimos dias, que a gente tem que cuidar dessas pessoas. Que a gente precisa dar uma atenção não só em protocolos e regras, mas também de como a gente pode dar força para eles serem mais resilientes, trabalhar a saúde mental dessas pessoas, para que elas possam ser humanas. E eu não tenho problema nenhum, as pessoas têm as redes sociais para expressar sua indignação. Elas têm que expressar, isso foi posto. A maravilha, a magia da democracia, está na capacidade que as pessoas têm de se expressar. Isso aqui não é uma mordaça. Nós não vamos amordaçar ninguém, nenhum vereador aqui vai ser amordaçado por nós, em hipótese alguma, jamais, mas, sim, eu vou aprender com cada um e com cada uma das dicas que aqui estão e eu vou fazer questão de responder individualmente a cada um deles.

É importante dizer que é óbvio que nós implantamos um gabinete de crise para a gente melhorar. Nós somos um governo unido, temos como papel cuidar das pessoas que passaram pelo pior momento crítico. Nós queremos ter ainda mais orgulho de comer na nossa cidade, porque algumas pessoas que me mandaram mensagem, disseram o seguinte: “Que bom, que orgulho que eu sinto de comer na cidade de Porto Alegre.” Porque nós temos empresários sérios. Quando a gente tem 1.400 denúncias e a gente tem 30 fechamentos, é orgulho, gente. São 2%! Nada mais que 2%! E, se a gente cometeu falha, o Ver. Ramiro colocou com muita propriedade, é para corrigir. A gente não quer, em hipótese alguma, deixar de corrigir as falhas. Eu não sou um gestor que fecha os olhos, nem a equipe coordenada pela Aline, composta por uma equipe que pode errar. Nós vamos provocar mudanças. Nós temos que provocar. Tem que mexer nas coisas. A gente aprendeu.

A comunicação é um ato coletivo da Prefeitura de Porto Alegre. Se tiver que melhorar, a gente melhora, e a gente vem discutindo esse processo. Mas eu não quero ficar fazendo debate com o empresariado, eu quero trabalhar junto com eles. Por isso, nós implantamos um comitê de pessoas, empresários, poder público, secretarias do Município de Porto Alegre, para a gente, juntos,

mostrar coisas boas. Nós temos várias ações importantes aqui no Município de Porto Alegre. Nós agora trouxemos a maior festa do churrasco, nós tivemos aí várias etnias e culturas trazendo alimentos. E não é o empresário que acaba fazendo coisas erradas que vai acabar com o nome. A cidade de Porto Alegre, ela é símbolo de resistência. Nós reerguemos a cidade, secretário André Coronel, nós reerguemos a cidade. A cidade está bonita, a cidade vai ficar melhor ainda, vai ficar melhor ainda quando a gente se der as mãos e não ficarmos achando que as coisas são de um lado e de outro, se tu estás do meu lado ou se tu estás contra mim. A gente está junto dentro desse processo, a gente trabalha num governo onde o prefeito Sebastião Melo, a vice-prefeita Betina, com quem eu me aconselhei, me aconselhei pela experiência dela, ela tem uma experiência larga na questão de fiscalização dentro dos serviços que ela fez, e ela sempre nos disse, sempre nos apontou onde a gente pode melhorar, onde a gente pode crescer, onde a gente pode evoluir.

Então, gente, a gente vai introduzir as câmeras. O secretário Aragon, muito solícito, vai nos emprestar enquanto não chegarem as nossas, ele vai nos emprestar. Mas nada é fácil, secretário André, tem o treinamento, mas tem a cinta de segurança para botar a câmera, porque o guarda municipal tem um espaço no colete, e o fiscal tem um colete frouxinho, que não dá para botar. Então, temos que comprar a cinta para poder fazer esse processo. Aliás, se quiserem nos ajudar, ver como é que a gente pode fazer isso com mais agilidade, para nós… Realmente, não podemos deixar de colocar isso como empecilho. Então, peço ajuda para vocês. São em torno de 20 a 30, nós ainda vamos ver quanto a Secretaria de Segurança vai nos fornecer, mas são no máximo 30, pelo menos 20.

Importante também dizer o seguinte: a gente vai apurar todos os fatos. Não é bonito, nenhum fiscal sai da sua casa, vai para o seu trabalho com o intuito de fechar serviços. A gente precisa claramente saber que ele tem um papel importante. A gente fez isso durante a enchente, a pandemia, e salvou muita gente. Então, finalizo dizendo que agradeço a oportunidade por estar aqui, por ter ouvido tantas falas importantes que vão fazer com que a gente possa crescer.

Dizer que nós vamos melhorar, que nós estamos provocando mudanças e que nós temos, sim, liderança que vai nos ajudar a superar este momento e de mãos dadas, começando no dia 2, com uma capacitação, em parceria com os órgãos que trabalham com esse ramo alimentício. E nós vamos fazer uma grande campanha, mostrando o quanto Porto Alegre é linda. Cidade limpa é para fora do estabelecimento e para dentro do estabelecimento, tá?

E não posso, obviamente, olhei aqui a Ver.ª Tanise Sabino, terminar sem parabenizar pelo Dia do Psicólogo. Parabéns, Ver.ª Tanise Sabino, psicóloga, nos ajude a superar todos os problemas de saúde mental que a gente tenha, porque é esse o nosso objetivo. Obrigado. (Palmas.)

(A Ver.ª Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada.

A Ver.ª Tanise e o Ver. Alexandre têm uma questão de ordem. Pois não.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB): Presidente deste Parlamento, Presidente Nádia, secretário Ritter, secretário Coronel, Aline; secretário Ritter, quero te agradecer pela tua vinda aqui no Parlamento, pela tua disponibilidade em prestar esclarecimentos, pelo teu perfil sempre conciliador. Eu conheço teu trabalho, acompanho teu trabalho, sei que tu és uma pessoa muito preparada, servidor público de carreira com experiência há mais de cinco anos. Sobre essa situação, eu creio que foi uma situação pontual e acho que tem mais a ver com as situações externas do que internas, né? Eu sei que a secretaria vai apurar esses acontecimentos.

Mas o motivo do meu aparte, eu estou aqui com o meu colega Alexandre Bublitz, nós dois, como representantes da área da saúde, assim, profissionais da área da saúde, ele médico, eu psicóloga, a gente queria te fazer um convite, secretário, para estar conosco na semana que vem. Conversei com a nossa Presidente para ser na quarta-feira, para falar sobre a questão das

emergências psiquiátricas na área da saúde mental, sobre esse possível fechamento. A gente quer te convidar para um debate, assim, saudável, democrático, para esclarecer para esta Casa, para os vereadores, os reais motivos de estar sendo cogitada essa possibilidade de fechar essas urgências psiquiátricas.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.ª Tanise.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Vou entregar esse convite.

(A Ver.ª Psicóloga Tanise Sabino e o Ver. Alexandre Bublitz procedem à entrega do convite.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, gente.

Agradecemos a presença do Sr. Fernando Ritter, secretário municipal de Saúde de Porto Alegre.

Vereador Jessé Sangalli (PL): Além de agradecer a presença do secretário, realmente está trabalhando, está se esforçando, eu e o Ver. Ramiro queremos fazer um espaço de escuta. A gente agendou para o dia 11 de setembro, às 14h, aqui na Câmara, um momento para que os empresários possam se expressar também na Câmara, para que vocês possam acolher, inclusive as demandas e, já que estão fazendo um novo protocolo, um novo contexto de escuta e de redimensionar e reorganizar o sistema de vigilância, poder trabalhar também em cima com os relatos para que isso possa qualificar também esses novos protocolos. Então, se possível, dia 11, às 14h, aqui na Câmara de Vereadores. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. Gente, só para retomar aqui as ordens, não existe convite de vereador direto ao secretário, tá? Estamos fazendo só simbolicamente. Isso passa pela presidência, a presidência faz o convite... Não, por gentileza, senão vira a casa da mãe joana, não é gente? O próximo presidente aí faça como quiser. Mas assim, o correto é o correto: quem faz convite, convocação é a presidência da Câmara. Então, até para... Senão daqui a pouco se criam uns monstrinhos por aí, todo mundo está querendo; aí não rola, tá? Então, muito obrigada, secretários, que ficaram até o horário de agora.

Eu tenho duas informações para os senhores bem importantes: dia 1º de setembro, que é segunda-feira que vem, a sessão plenária acontecerá no piquete aqui que já está montado no Parque Harmonia, de 1º a 21. O piquete da Câmara de Vereadores vai acontecer no dia 1º, no piquete aqui no Parque Harmonia. Então, depois eu vou mandar por escrito para que ninguém esqueça, não venham aqui, senão vão se esquecer.

E amanhã nós temos o nosso ciclo de debates a respeito de enchentes, proteção da cidade, economia azul e tudo mais, aqui no Plenário Otávio Rocha, feito pela Escola do Legislativo, a partir das 8h30min.

Além disso, quero retificar, fiquem atentos, que está incluso, na 1ª e 2ª sessões da pauta do dia de hoje, o PR 082/25, *ok*? Ver.ª Mariana, questão de ordem?

Vereadora Mariana Lescano (PP): Sim, Presidente, sobre a sessão de segunda-feira, mas vai ser tocado a pauta normal? Vamos fazer sessão com as Comunicações, tudo certinho, e pilchados?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pauta normal. Tudo certinho, e está dispensado terno e gravata para os homens, *ok*?

Vereadora Mariana Lescano (PP): Pode ser pilchados?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pode. Só para lembrar os homens, então, segunda-feira, nossa sessão plenária, está dispensado o uso de terno e gravata para os homens, pois estaremos fazendo a sessão plenária no piquete, no Harmonia. Muito obrigada.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão da Pauta.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Mas já não usaram o tempo de liderança? (Pausa.) Gente, olha só, tem tempo de liderança agora, o Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.)

Por gentileza, Ver. Oliboni; só um momentinho, Ver. Marcelo.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu só quero dar uma informação aos colegas vereadores e vereadoras, um pedido do movimento A Usina é do Povo e de vários parlamentares, encaminhado ao Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal solicitou ao governo municipal o cancelamento da licitação do edital de concessão da Usina do Gasômetro. E agora à tarde, Presidente, a Justiça Federal pediu para cancelar a concessão da Usina do Gasômetro. Portanto, é de extrema importância, até porque nós informamos em várias manifestações de tribuna, e o edital que seria aberto amanhã foi suspenso pela Justiça Federal. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Aldacir Oliboni.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (REDE): Boa tarde a todos e todas. Eu pediria para que a Juliana, da técnica, colocasse aqui alguns segundos desse momento de alegria desse casal.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (REDE): Aqui, nessas imagens, vocês veem o Dr. Pedro Cóser, médico em Santa Maria, e a Ana Berleze, também de Santa Maria. Doze dias depois desse momento, na virada do ano, a Ana Berleze, de 63 anos, foi morta atropelada por um caminhão próximo a um trevo de Santa Maria.

Juliana, eu queria, por favor, se pudesse colocar as outras fotos. (Mostra fotografias.) Eu obviamente não vou trazer fotos aqui das pessoas em situações trágicas. Prefiro lembrar delas assim, sorrindo, se divertindo, como é o caso da Patrícia Figueiredo, professora de uma escola infantil, estudante de pedagogia, 23 anos, morta atropelada na faixa de segurança, em 2014, às 8h da manhã, pertinho do Tesourinha, quase do lado do Tesourinha. No mesmo dia, no final da tarde, Daíse, também morta atropelada por um motorista de ônibus lá no Rubem Berta, as duas estudantes da UFRGS.

Esse é o Cauã Coutinho, 23 anos, faltando três meses para sua formatura em odontologia. Aqui a homenagem que foi feita ao Cauã, colocando uma bicicleta branca. Pode passar, Juliana. Essa é a Débora Saliba, 43 anos, morta na Av. Cavalhada, enquanto voltava para casa – mais uma vida que se encerra.

Esse é o Joel. O Joel foi morto atropelado. Era um designer conhecido aqui na cidade. Aqui a capa do Caderno Dona, da Zero Hora – morreu perto do aeroporto, atropelado por um taxista.

Esse é o Luciano Macedo, lá de Rio Grande, ironicamente, um agente de trânsito da cidade de Rio Grande. Um esportista, um sujeito conhecido na cidade, muito querido. No próximo dia 21, agora de setembro, será feito um passeio ciclístico em sua homenagem. O Luciano estava na ciclovia, perdeu o equilíbrio por algum motivo e foi atropelado e morto lá em Rio Grande.

E eu queria concluir aqui, aquilo que começou com alegria, eu quero concluir com o sorriso do Marco Antônio da Fonseca, 2º sargento da Polícia do Exército, morto em fevereiro deste ano, aqui pertinho do terminal Antônio de Carvalho, na faixa de segurança. As imagens rodaram o noticiário, foi tudo registrado em câmeras. E eu quero aqui fazer até um pedido especial ao Presidente Márcio. Está aqui a Maristela, Maristela está filmando, Maristela não precisa filmar, porque a Maristela está lançando... A Maristela, companheira do Marco. Companheira de bicicleta, de viagens, de vida. Perdeu o seu companheiro e está transformando esse luto em luta. Acabou de me presentear aqui com uma sacolinha, com esse M de Marco. O Marco, o Marquito, como ela chamava, e ele a chamava de Caixinhos. Isso aqui é uma mochilinha (Mostra mochila.), e esse M aqui é reflexivo, então ele também tem uma função de proteção. Ao colocar aqui nas costas, você se torna um agente iluminado nas noites enquanto pedala.

Então, aqui vai a foto do Marco, essa foto que vocês estão vendo lá no telão. Vai aqui assim estampado, e a Maristela está se dispondo a fazer isso e distribuir, enfim, para que as pessoas tenham mais consciência, consigam ver o ciclista.

É muito comum a gente ouvir aquela frase: “O automóvel ‘x’ atropelou um ciclista.” Não foi um automóvel “x”, foi uma pessoa dentro de um automóvel que não respeitou a distância mínima de um metro e meio prevista no art. 201 do Código de Trânsito, e se sentiu superior, se sentiu uma pessoa superior a outra a ponto de atropelar ou de tirar uma “fina educativa”. Muitas vezes a gente escuta essa expressão: “Vou tirar um fininho do ciclista, para ele aprender a não ficar aqui atrapalhando o trânsito”. Ele é trânsito, ali vai uma vida.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (REDE): Eu quero concluir, agradecendo a atenção dos vereadores e vereadoras. Há inúmeros projetos tramitando nesta Casa que tratam da segurança de quem caminha na cidade, de quem pedala, etc. Nós temos que transformar, Ver.ª Atena, as nossas cidades em cidades mais humanas, mais calmas, para que sair na rua não seja mais um perigo de não voltar para casa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Ver. Sgarbossa. Próxima vereadora inscrita, pelo PSOL, Ver.ª Atena.

Ver. Ramiro Rosário?

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Uma questão de ordem enquanto a Ver.ª Atena vai até a tribuna. Assim como já foi parceira em diversos momentos de tragédia na nossa cidade, de ações necessárias com urgência, tanto em temporais, na limpeza do Mercado Público após a enchente, como em outras circunstâncias, a Stihl, empresa alemã com sede aqui em São Leopoldo e fábrica, já disponibilizou, já anunciou 30 coletes especiais para a Vigilância Sanitária de Porto Alegre, para a colocação inclusive das câmeras, essas destinadas pelo Ver. Jessé, através de emenda, e também as que serão usadas agora de forma emergencial pela Secretaria de Segurança.

Portanto, já está disponibilizada a doação de 30 coletes especiais para receber esse tipo de equipamentos pela empresa Stihl. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Ramiro Rosário. A Ver.ª Atena Roveda está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL): Estimadas senhoras e senhores, presidência desta sessão, companheiras e companheiros que nos escutam nas galerias desta Casa, venho a esta tribuna saudar todas as mulheres lésbicas, sapatões e caminhoneiras desta nossa Porto Alegre, pois agosto é o mês da visibilidade para elas. E não é só por conta da sua sexualidade, é sobre vida digna, de duas mulheres se amarem e construírem suas vidas com um futuro seguro para elas e para a família que desejam construir.

Neste mês, em honra a cada lésbica que lutou, luta e lutará pelo direito a uma saúde integral, pelo direito à segurança de amar e ser amada como qualquer casal hétero, pelo direito de ser validada enquanto humanidade que expressa com liberdade sua forma de existir e amar, venho protocolar, no dia de hoje, um pacote de leis na área da saúde e segurança com foco nessas mulheres. Intitulamos carinhosamente esse pacote de pacote de leis Siga Bem Caminhoneira, pois quero legislar nesta Casa para mudar as realidades de diversas em violências que ocorrem em Porto Alegre, desde atendimentos lesbofóbicos em postos de saúde até o acolhimento de vítimas de lesbo-ódio. Quero que cada menina jovem lésbica desta cidade se sinta segura de sua forma de amar e que possa romper os estigmas da opressão preconceituosa e discriminatória. Quero que as lésbicas e sapatonas com mais de 60 anos possam sorrir com esperança de uma vida em sociedade, onde serão respeitadas pelo Estado, pois haverá um histórico registrado de avanços na luta por cada uma delas.

Alguns dirão: “Mas Atena, tu não és lésbica, por que projetos de lei sobre o que tu não és?” Porque na sigla LGBTI da nossa comunidade foram as mulheres lésbicas e sapatonas que mais me acolheram quando eu, Atena, comecei a existir enquanto uma travesti. Foi no Venezianos Pub Café, com Alessandra e Clarice, que compreendi o papel da rede de apoio. Foi com a Roselaine e a Silvana Conti, que compreendi que o passado e o futuro de nossa luta LGBTI está no encontro presente da nossa atual vida. E foi com a Samanta e com a Priscila, que tenho afirmado a mim mesma que, mesmo com tantos

desafios, impedimentos e contradições, é somente, tão somente, na força coletiva que saberemos construir o futuro.

Eu tenho uma dívida histórica com essas mulheres e devo fazer todo o possível para retribuir tudo que as sapatões da luta fizeram por esta parlamentar travesti. Mas outros podem dizer que essas leis são específicas demais: “Tu estás só legislando para um grupo específico e isso é errado.” Pois eu respondo: saúde é um direito universal e, neste universo, existem mulheres que amam mulheres e por isso são mortas, fetichizadas, deslegitimadas, agredidas, insultadas, invalidadas, exatamente porque, em muitos dos universos de V. Exas., nós, LGBTIs, somos doença e não deveríamos existir.

Mas eu repito: continuaremos lutando, continuaremos vivas, continuaremos participando e construindo uma sociedade sem ódio, sem desrespeito. Faremos de Porto Alegre a cidade do arco-íris, do amor ao próximo, do respeito ao próximo, e nenhuma LGBTI, nem *gays,* nenhuma lésbica, sapatão, caminhoneira, nenhuma pessoa trans voltará para dentro dos armários do preconceito. A quem tiver vergonha de nossas vidas LGBTIs, a quem tiver ódio de nossas vidas LGBTIs, a quem fizer piada de nossas vidas LGBTIs, enfiem a vergonha, o ódio e as piadas nos armários, porque nunca mais uma das nossas voltará para lá.

Viva o mês da visibilidade lésbica! Viva o Ocupa Sapatão! E viva uma Porto Alegre para todas as vidas!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.ª Atena.

A Ver.ª Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, quero saudar o Ver. Márcio Bins Ely, presidindo os trabalhos; os colegas; e dizer que hoje, dia 27 de agosto, é o Dia do Psicólogo. Quero parabenizar todos os nossos colegas psicólogos, quero prestar o meu reconhecimento ao trabalho que

os psicólogos realizam nos diversos contextos, sempre defendendo a psicologia como ciência e como profissão.

Aliás, subo a esta tribuna, hoje, na condição de psicóloga e vereadora, para falar sobre um assunto muito importante que preocupa todos nós, porto-alegrenses: é sobre o anúncio do fechamento dos Plantões de Emergência em Saúde Mental – PESM –, um localizado no Centro de Saúde IAPI e outro no Pronto Atendimento da Cruzeiro, conhecido como PACS. Quero lembrar que sou uma vereadora da base, sou uma vereadora do partido do prefeito, apoiadora deste governo, a todos os projetos do governo votei favorável, não votei nenhum contra. Mas esse assunto da saúde mental é algo que é muito caro, é algo que é muito importante para mim, é a razão de eu estar aqui neste Parlamento.

Então, dessa forma, eu protocolei um pedido de providência ao prefeito Sebastião Melo, ao Fernando Ritter, secretário municipal de Saúde, solicitando o cancelamento do fechamento das emergências psiquiátricas e solicitando também que seja aberto um debate, um diálogo com a população de Porto Alegre, com as entidades de classe, como o Cremers (Conselho Regional de Medicina), o Simers (Sindicato Médico), a APRS (Associação de Psiquiatria), o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho de Psicologia, enfim, todos os profissionais, para que a gente possa debater essa decisão.

Essa decisão não pode ser meramente burocrática, administrativa, mas é uma questão de responsabilidade social, ética e de saúde pública. Eu creio que a saúde mental em Porto Alegre tem avançado, tem melhorado bastante. Hoje nós temos 16 CAPS em funcionamento, com previsão de serem chamados mais 6 CAPS para serem implantados ainda este ano. Temos sete Equipes de Saúde Mental Adulto, a ESMA, oito equipes especializadas em Saúde Mental da Criança e Adolescente, a EESCA. Temos nove serviços residenciais terapêuticos, oficinas de geração de renda, temos o Centro de Tratamento do Autismo, o Certa, que foi implantado na gestão passada e é compromisso deste governo fazer um Certa Mais para adultos. Temos também as equipes multiprofissionais, as eMulti, que já estão em mais de 50% da rede de saúde mental, contando com psicólogo, com psiquiatra, nutricionista,

educador físico, entre outros profissionais. Enfim, eu vejo que a gente avançou bastante na área da saúde mental, mas são avanços que não podem substituir os serviços de emergência; a gente não pode dar um passo para frente e dois para trás.

Então, é preciso refrisar aqui que os PESM, esses serviços oferecem plantão médico psiquiátrico 24 horas por dia, 7 dias na semana, sendo porta aberta, imediato para situações de crítica, como surtos psicóticos, tentativas de suicídio e agitação. Só o PESM/IAPI e o PESM/PACS, os dois juntos, atendem cerca de 60 pessoas por dia em situação crítica de crise aguda. Então, a proposta da saúde é fechar essas emergências psiquiátricas para que as pessoas possam ser atendidas em hospitais gerais e nos CAPS.

Vamos imaginar a seguinte cena: uma pessoa em situação de emergência psiquiátrica procura uma emergência num hospital geral. Então, o médico vai ter que decidir se ele vai atender uma pessoa que está em crise de ansiedade ou uma pessoa que quebrou a perna. O médico vai ter que escolher se vai atender uma pessoa que está com um surto psicótico ou com um infarto. O médico vai ter que escolher se ele atende uma pessoa que está tendo um AVC ou uma crise de ansiedade. Então, se são escolhas difíceis, como um médico vai escolher isso?

Então, a proposta de transferir esses atendimentos para as emergências clínicas e os CAPS é inviável. As emergências clínicas já sofrem com essas superlotações e não contam com equipes especializadas. Por isso que nós precisamos fazer esse debate e, hoje mesmo, na nossa sessão, nós protocolamos um convite para o nosso secretário Fernando Ritter vir aqui, em data a ser agendada, para prestar esclarecimentos sobre os reais motivos, sobre como vai funcionar a rede de saúde mental em Porto Alegre, porque isso me preocupa muito. Então, muito obrigada a todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.ª Tanise.

A Ver.ª Mariana Lescano está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas e quem nos assiste pela TVCâmara; eu venho aqui hoje questionar, mais uma vez, a esquerda deste País. Eu vim aqui perguntar o que eu e milhares de brasileiros queremos saber. Onde está... Confundi. Eu vim aqui perguntar o que eu e milhões de brasileiros queremos saber. Por que a esquerda e o governo Lula estão fazendo tanto esforço, mas tanto esforço, para o irmão dele não ir depor na CPMI do INSS? Para quem não viu, o governo Lula está tentando de todas as formas tirar o Frei Chico, que é irmão do Presidente Lula, vice-presidente de um dos sindicatos que está sendo investigado, por roubar mais de R$ 150 milhões dos velhinhos do INSS. Eu fico me perguntando: será que essa gente da esquerda não quer que o Frei Chico vá à CPMI do INSS – aquela que vai apurar os bilhões que foram roubados – porque talvez ele possa falar algo que nós não podemos saber? Ou será que ele vai entregar o líder da quadrilha, assim como já fez, em outro momento, o Palocci, a Odebrecht? Vocês podem comprar a imprensa tradicional, vocês podem corromper o Judiciário, corromper instituições de Estado, mas o que vocês não podem mais é calar o povo brasileiro ou tentar enganar o nosso povo. O povo brasileiro já sabe que a esquerda é a verdadeira hipocrisia. Dizem que defendem os mais pobres, os mais vulneráveis, mas estão em silêncio absoluto sobre o roubo que aconteceu aos velhinhos do INSS. Aliás, já faz seis meses que esse roubo veio à tona e, até agora, o que a esquerda fez? Ela tirou do nosso dinheiro o dinheiro para pagar o que eles roubaram. É uma maravilha o que está acontecendo neste País. Nesse tempo, a gente viu o Lindbergh Farias, o Lidinho da Odebrecht, para quem não lembra, defender fuzilamento de opositores. A gente também viu um juiz ter que se exilar na Itália porque ele mostrou que a Suprema Corte do nosso País estava sendo usada para implementar a ditadura. A gente viu o ex-presidente mais honesto que tivemos neste País, o presidente Bolsonaro, ser colocado tornozeleira, proibido de ver os filhos, de receber visita, proibido de dar entrevista e, agora, por último, é polícia 24 horas na casa do Bolsonaro. Mas nem os piores bandidos são tratados assim, aliás, se fossem, este País estaria uma maravilha.

E eu quero lembrar que o ex-presidente Bolsonaro está sendo mais um dos presos torturados explicitamente por essa ditadura, mas ele não é o primeiro, a gente já viu o Daniel Silveira ser torturado. E eu avisei que não ia parar nele. A tortura desse regime ditatorial que está no Brasil não vai acabar em Bolsonaro, como não acabou em Clezão, não acabou em Daniel e não acabou em Débora. A gente viu também a maior democracia do mundo sancionar pessoas que estão violando direitos humanos, mas continuam na alta Corte deste País. A gente só não viu, durante esses seis meses, o STF dar 48 horas para os sindicatos devolverem o dinheiro que roubaram dos velhinhos; a gente também não viu o irmão do Presidente Lula ter que explicar sobre o sindicato de que ele é vice-presidente e que está sendo investigado pela Polícia Federal. O que a gente vê é que todos esses continuam livres, leves e soltos. A gente viu até a vereadora do Partido dos Trabalhadores, aqui desta Casa, ir para São Paulo, gastar R$ 6 mil para fazer militância política. A gente sabe que, infelizmente, a esquerda está destruindo o nosso País. E eu vou ter que concordar com o Gilmar Mendes, quando ele disse que o PT transformou o Brasil numa cleptocracia. Eu realmente espero que a gente possa continuar lutando pela liberdade, continuar lutando para reestabelecer a democracia neste País. E que se coloque todos esses do roubo do INSS, para depor na CPI, inclusive o irmão do Lula. O Brasil quer saber o que vocês tanto querem esconder. E que Deus continue abençoando cada um de nós. E que todos esses bandidos que vêm cometendo crime nessa ditadura paguem por tudo que estão fazendo, principalmente ao Daniel Silveira, o que já fizeram com o Clezão, com a Débora e agora com o ex-presidente Bolsonaro.

(A Ver.ª Mariana Lescano assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; em especial cumprimento a Ver.ª Lescano, que

preside os trabalhos. Tivemos hoje uma tarde de muitos questionamentos, questões afetas à saúde, Vigilância Sanitária, mas eu, assim como a Ver.ª Tanise se manifestou aqui em alusão ao Dia do Psicólogo, não poderia deixar também aqui de fazer alusão ao Dia do Corretor de Imóveis, e faço isso em nome da liderança do meu partido. Todos os vereadores aqui sabem do nosso compromisso, sou corretor de imóveis desde 2003, em 2015 fui eleito para presidir o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul; hoje estamos no quarto mandato com muita honra, assumimos em janeiro. Em que pese termos realizado aqui um período de Comunicações em homenagem ao Dia do Corretor na segunda-feira, que é o dia que a Câmara reserva para as homenagens e os períodos de Comunicações, hoje é o dia em que foi promulgada a Lei nº 4.116, em 1962, portanto, 63 anos de regulamentação da profissão de corretor de imóveis. O corretor de imóveis é aquele elo que faz a ligação entre o comprador e o vendedor, entre o locador e o locatário, que muitas vezes auxilia na gestão, digamos assim, dos condomínios e também na avaliação de imóveis - são esses os quatro principais eixos de atuação dos corretores de imóveis. E o corretor de imóveis é um profissional liberal, está aqui o Ver. Pedro Ruas, que também é advogado, profissional liberal, não é, vereador? Ninguém vai ver, Pedro Ruas, alguém fazer uma audiência no fórum se não for advogado. Ninguém opera, Ver. Sgarbossa, se não for médico. Ninguém assina uma ART, Ver.ª Cláudia, se não for engenheiro. E, da mesma forma, a prerrogativa da intermediação imobiliária é dos corretores de imóveis. Então, é muito difícil para um corretor de imóveis, às vezes, ter que enfrentar um zelador, um porteiro, um síndico de prédio. Nada contra essas profissões, mas a intermediação imobiliária é uma prerrogativa dos corretores. E, nesse sentido, eu quero cumprimentar aqui, Ver. Ramiro, a nossa equipe de fiscalização do conselho, que, em números absolutos, é a segunda maior equipe do Brasil, ficamos apenas atrás do Creci de São Paulo. Falava-se aqui com relação à fiscalização da Vigilância Sanitária hoje, quão importante é que nós possamos ter volume de fiscais, e, hoje, analisando todo o Brasil, por conta do Cofeci – Conselho Federal de Corretores de Imóveis, a última análise de desempenho do

Conselho Federal em todos os estados, a fiscalização do Rio Grande do Sul ficou em primeiro lugar, como a melhor fiscalização do Creci do Brasil, tanto em números absolutos, como o nosso fiscal Leandro, de Capão da Canoa, ficou em primeiro lugar como o melhor fiscal do Brasil. Então, para ver como a gente leva a sério essa questão. Quero enaltecer aqui as mais longínquas regiões do Rio Grande do Sul, onde os nossos delegados, subdelegados, delegados adjuntos têm feito as vezes da representação classista, dando contribuição para o debate sobre o ponto de vista do mercado imobiliário, dos corretores. Aqui em Porto Alegre, com muita honra, o Creci foi eleito, ano passado, para compor o Conselho do Plano Diretor, hoje o Creci tem um assento no conselho do Plano. Fizemos uma articulação nesta Casa, votada por unanimidade, 35 votos favoráveis para que o Creci tivesse um assento no conselho do DMAE, porque água é vida e não existe moradia sem água. As pessoa vivem nas suas casas, pagam aluguel ou elas têm a casa própria. Então, fundamental que também o Creci possa dar a sua contribuição para a questão da drenagem, da expansão do fornecimento de água em toda a cidade. Então, quero agradecer aqui aos vereadores todos que contribuíram para que também o Creci fizesse parte do conselho do DMAE, a OAB também faz parte, o CREA também, que bom, mas que bom também que os corretores hoje integrem este importante conselho. Da mesma forma, fizemos uma articulação com o governo. Hoje, o Creci ocupa uma vaga no nosso Tribunal Administrativo de Recursos Tributários do Município - TART. Essa era uma vaga, Ver.ª Vera Armando, do Conselho Notarial. O Conselho Notarial, então, numa construção, cede a vaga para que o Creci possa também estar integrando o TART, junto com a Fecomércio, junto com o Secovi. Então, estamos também auxiliando na questão da segunda instância administrativa de recursos; e a segunda turma justamente é a que julga aspectos vinculados ao ITBI e ao IPTU, que são os principais impostos vinculados ao mercado imobiliário e ao dia a dia da nossa profissão. Então, um forte e fraterno abraço aos colegas corretores, às colegas corretoras de imóveis, pelo nosso dia 27 de agosto, Dia do Corretor de Imóveis. Salve a nossa profissão, fica o nosso registro. Muito obrigado.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento): Sra. Presidente, ao lado do Ver. Pedro Ruas, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h54min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

*****